

# ECONOMISTAS

## Desenvolvimento Regional no Século 21

Momento econômico traz novas oportunidades para o Brasil e suas regiões, mas elas devem ser trabalhadas de maneira integrada, com base em paradigmas modernos

**Ladislau Dowbor**

*A construção da economia a partir do território*

**Daniela Freddo**

*Desenvolvimento econômico para fortalecer a democracia*

**Entrevista:  
Tania Bacelar**

*"Não basta ver as desigualdades para construir política regional. É preciso olhar as potencialidades"*

## EXPEDIENTE

**Presidente:** Paulo Dantas da Costa

**Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos

**Conselheiros efetivos:**

Carlos Alberto Safatle

Carlos Roberto de Castro

Claudemir Galvani

Clovis Benoni Meurer

Flávia Vinhaes Santos

Heric Santos Hossoé

João Manoel Gonçalves Barbosa

Kerssia Preda Kamenach

Lauro Chaves Neto

Maria de Fátima Miranda

Maria do Socorro Erculano de Lima

Maurílio Procópio Gomes

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Dantas da Costa

Paulo Hermance Paiva

Paulo Roberto Polli Lobo

Tania Cristina Teixeira

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

**Conselheiros suplentes:**

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Cid Cordeiro Silva

Denise Kassama Franco do Amaral

Eduardo Reis Araujo

Evaldo da Silva

Gilson de Lima Garófalo

Gustavo Casseb Pessoti

Josélia Souza de Brito

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Noel Leite da Silva

Omar Corrêa Mourão Filho

Paulo Roberto de Jesus

Rogério Vianna Tolfo

Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

**Conselho Editorial:**

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Paulo Dantas da Costa (Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Eduardo Rodrigues da Silva

Eduardo Reis Araujo

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gelton Pinto Coelho Filho

Gilson de Lima Garófalo

Heric Santos Hossoé

João Hallak Neto

José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Juliane da Costa Furno

Lauro Chaves Neto

Luiz Carlos Delorme Prado

Mônica Beraldo Fabrício

Maria Cristina de Araújo

Paulo Sérgio Fracalanza

Pedro Garrido da Costa Lima

Roberto Bocaccio Piscitelli

Sidney Pascoutto da Rocha

Wellington Leonardo da Silva

**Comissão de Comunicação:**

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador)

Clovis Benoni Meurer

Denise Kassama Franco do Amaral

Gilson de Lima Garófalo

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Lauro Chaves Neto

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Róridan Penido Duarte

**Coordenação de Comunicação:**

Renata Reis – Coordenadora

Manoel Castanho – Jornalista

Raquel Passos – Assessora

[imprensa@cofecon.org.br](mailto:imprensa@cofecon.org.br)

**Projeto Gráfico e Editoração:**

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

**As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.**

**SIGA-NOS NAS  
REDES SOCIAIS!**



@cofecon

<b>Editorial</b> Paulo Dantas da Costa	<b>5</b>	<b>Perspectiva regional sobre a economia do Nordeste</b> Lauro Chaves Neto	<b>45</b>
<b>Entrevista com a economista Tania Bacelar</b> Manoel Castanho	<b>6</b>	<b>O papel das cidades de médio porte no desenvolvimento regional</b> Allisson Martins	<b>52</b>
<b>Desenvolvimento Econômico para fortalecer a democracia</b> Daniela Freddo	<b>12</b>	<b>Fortalecimento da agricultura familiar</b> Heric Santos Hossoé e Lindalva Silva Correia	<b>58</b>
<b>A construção da economia a partir do território</b> Ladislau Dowbor	<b>17</b>	<b>O dinamismo regional de Santa Catarina</b> Darlan Kroth e Angelo Brião Zanela	<b>63</b>
<b>Desenvolvimento Regional no Brasil: momento atual e perspectivas para 2025</b> Evaldo Gomes Júnior	<b>21</b>	<b>Programa de Cidades Intermediadoras: um novo paradigma para a desigualdade regional?</b> Carlos Eduardo Nascimento, Railene Veloso e Aline Miglioli	<b>70</b>
<b>O papel dos Fundos Soberanos de Riqueza para atenuar a vulnerabilidade de estados e municípios</b> Eduardo Bassin	<b>26</b>	<b>Conheça as vencedoras do Desafio Quero Ser Economista</b> Manoel Castanho	<b>76</b>
<b>Por uma nova revolução científica na economia</b> Haroldo da Silva	<b>32</b>	<b>Novos livros</b>	<b>82</b>
<b>Desigualdade de acesso aos serviços de saneamento básico na região Norte do Brasil</b> Francisco Diétima, Ariana Cericatto e Ana Cláudia Garcia	<b>38</b>		

Nos dias 16 a 18 de outubro a cidade de Balneário Camboriú recebeu o 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE). O evento teve como tema a importância do Sistema Cofecon/Corecons no fomento às discussões sobre o desenvolvimento do Brasil e suas regiões. Nós, economistas, conhecemos profundamente a realidade econômica do Brasil, bem como os nossos problemas e potencialidades, e devemos ter um papel de protagonismo no debate sobre a superação das nossas mazelas e o futuro do nosso país.

Essa reflexão também ganha relevância na edição nº 54 da revista Economistas, cujo tema é o desenvolvimento regional. Para aprofundar a compreensão sobre esse cenário, tivemos a oportunidade de ouvir uma das vozes mais qualificadas nesse campo, a professora Tania Bacelar. Reconhecida pelo Cofecon com os prêmios Personalidade Econômica do Ano (2018) e Mulher Economista (2022), ela compartilha, em entrevista exclusiva, sua visão sobre a importância da cultura e da interiorização das universidades no atual processo de crescimento econômico, além das oportunidades que o Brasil pode aproveitar para promover um desenvolvimento mais equilibrado.

Aproveito para citar também a importância dos eventos realizados neste ano. Promovemos, de forma exitosa e em parceria com outras instituições, diversos seminários na Câmara dos Deputados abordando temas como orçamento público, reforma tributária, governan-

ça econômica global e o novo arcabouço fiscal. Realizamos também o II Seminário Mulher Economista e Diversidade, em Belo Horizonte, além de eventos regionais e diversos outros debates, presenciais e virtuais. O Cofecon também se manifestou, por meio de notas oficiais, sobre importantes temas econômicos ao longo do ano.

Por fim, destaco que uma das questões mais cruciais para a profissão de economista no Brasil é a atualização da Lei 1.411/51 e a definição clara dos campos de atuação do economista. O Cofecon tem se empenhado de forma incansável para viabilizar esse aprimoramento, apoiando ativamente a tramitação do Projeto de Lei 3.178/2024. A gestão que agora chega ao fim buscou, com todos os esforços, encontrar o melhor caminho para esse projeto. O PL 3.178/2024 representa uma resposta aos desafios contemporâneos enfrentados pelos economistas brasileiros. A proposta proporciona segurança jurídica, define competências e garante que os profissionais possam atuar de maneira eficiente em setores estratégicos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioeconômico do país. Tenho plena confiança de que o Sistema Cofecon/Corecons continuará a trabalhar pela modernização da Lei 1.411/51 nas próximas gestões, sempre em busca de avanços significativos para a profissão e para o Brasil.

**Boa leitura**



## Paulo Dantas da Costa

*Presidente do Cofecon*

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014, 2015 e 2023 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

# Desenvolvimento Regional no Século 21

*Em entrevista à revista Economistas, Tania Bacelar fala sobre os debates regionais, a importância das políticas públicas e as oportunidades do novo ciclo de desenvolvimento que o Brasil busca construir*

---

**POR MANOEL CASTANHO,**  
*jornalista da Coordenação de Comunicação*



Tania Bacelar de Araújo é um nome que dispensa apresentações quando o assunto é desenvolvimento regional no Brasil. Com décadas de dedicação ao estudo e à prática na área, sua trajetória está intrinsecamente ligada à análise das desigualdades regionais, à formulação de políticas públicas e ao debate sobre as potencialidades do país e, mais especialmente, da região Nordeste.

Economista, professora e pesquisadora renomada, Tania é doutora em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne) e ocupou posições de destaque no governo. Reconhecida por sua habilidade em combinar análise técnica com visão humanista, ela se tornou uma referência obrigatória para quem deseja compreender a complexa dinâmica regional do Brasil.

Ao longo de sua carreira profissional, Tania foi secretária de Planejamento e da Fazenda no estado de Pernambuco, de Planejamento no município do Recife e de Políticas de Desenvolvimento Regional no Ministério da Integração Nacional. Também atuou como diretora da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Fundação Joaquim Nabuco. É professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco e sócia da CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento. Além disso, foi reconhecida pelo Cofecon com os prêmios Personalidade Econômica do Ano (2018) e Mulher Economista (2022).

Nesta entrevista exclusiva à *Revista Economistas*, Tania compartilha sua visão sobre temas como as diferenças entre os debates regionais de ontem e de hoje, as políticas públicas que moldaram as regiões, e as oportunidades oferecidas pelo novo ciclo de desenvolvimento que o Brasil busca construir.

**Revista Economistas:** No que os debates sobre desenvolvimento regional de hoje se diferenciam daqueles ocorridos na década de 1950, quando o assunto começou a ganhar uma relevância cada vez maior no Brasil?

**Tania Bacelar:** Destaco três diferenças. A primeira, quem explicou com clareza foi Leonardo Guimarães Neto em sua tese de doutorado, onde

mostra que o Brasil, até meados da década de 1950, era constituído de ilhas econômicas, uma herança do modelo primário exportador e no final do século XX era uma economia integrada, nacional embora regionalmente localizada. Mas, a dinâmica econômica se soldara nacionalmente!

Quando era um arquipélago, às vezes uma ilha ia bem enquanto a outra ia mal. O Nordeste estava no meio de uma crise com o açúcar, por exemplo, ao mesmo tempo em que o Sudeste vivia tempos de dinamismo devido à alta na venda de café. Com a integração, a dinâmica da economia nacional se unificou.

O processo de industrialização, embora tenha concentrado a indústria no Sudeste (em especial em São Paulo), foi promovendo, ao longo de décadas, a integração produtiva das diversas regiões do país, inclusive o Nordeste. Ou seja: se homogeneizou a dinâmica da economia nacional. Assim, quando o Sudeste vai bem, o Nordeste vai bem, o Sul também vai bem. Há um movimento unificado, guardando as especificidades regionais. E esta foi uma mudança fundamental para se fazer análise regional.

A segunda é que o Centro-Oeste e o Nordeste mudaram. Em meados do século passado, o Centro-Oeste era uma região de baixa ocupação humana e econômica, e hoje é uma das regiões mais dinâmicas do País, com uma base produtiva competitiva, sendo uma grande base exportadora nacional. Não é mais aquela região da década de 1950. O Nordeste também mudou muito: aquela região pouco industrializada, refém da seca, lócus apenas da pobreza, não é mais assim. Não se pode discutir o Nordeste de hoje com a cabeça dos anos 1950.

A terceira é que houve um aumento na diferenciação intrarregional. O Brasil é um país com seis biomas. Há diferenças de ecossistemas e o processo de ocupação humana também foi diferenciado. Essa diferenciação se ampliou dentro das macrorregiões, o que torna necessário fazer análise regional, também em escala sub-regional. É preciso mergulhar nas macrorregiões para ver as especificidades de cada uma.

**RE:** Como as características culturais e sociais de uma região influenciam as estratégias de desenvolvimento?



**Os traços culturais e sociais são centrais para entendermos o que são as regiões, e no Brasil elas são muito diferentes. O Sul é produto de uma ocupação de produtores médios europeus que vieram fazer a vida no Brasil. A estrutura fundiária é desconcentrada. Já o Nordeste foi ocupado pelo modelo escravista, primário exportador, tendo uma herança enorme deste período."**

**Tania:** Os traços culturais e sociais são centrais para entendermos o que são as regiões, e no Brasil elas são muito diferentes. O Sul é produto de uma ocupação de produtores médios europeus que vieram fazer a vida no Brasil. A estrutura fundiária é desconcentrada. Já o Nordeste foi ocupado pelo modelo escravista, primário exportador, tendo uma herança enorme deste período. O trabalho livre se implantou no país quando o Sudeste precisou de mão de obra livre. Naquele momento, essa não era a realidade do Nordeste: a transição da escravidão para o trabalho livre, nesta região, levou cerca de 50 anos. Na Zona da Mata, por exemplo, o trabalhador deixou de ser escravo, mas se transformou em "morador" dentro do latifúndio, para depois ser expulso para a beira das pequenas cidades e continuar trabalhando, a maioria sazonalmente, num latifúndio produtor de cana. Essa é uma marca muito importante da estrutura social nordestina. O processo de ocupação do amplo espaço semiárido, também estruturado em latifúndios, foi diferente. Celso Furtado estudou os dois no seu livro "A Formação Econômica do Brasil".

Portanto, o Brasil é completamente diferente quando mergulhamos nas diversas regiões, tanto socialmente quanto culturalmente. O peso da cultura africana é muito forte no Nordeste e no Rio de Janeiro, mas não é o mesmo no Sul, no Centro-Oeste, ou no Norte. O processo de ocupação humana gera uma produção cultural na qual o Brasil é muito rico – e é um dos países mais ricos do mundo culturalmente, e essa é uma das nossas forças. O mundo conhece o Brasil mais pela nossa cultura do que pela nossa economia, e é uma cultura diferenciada porque somos resultado de miscigenação. A presença indígena é mais frágil no Nordeste e no Sul, sendo muito for-

te no Norte e no Centro-Oeste. O Brasil não pode ser lido regionalmente sem suas características culturais e sociais.

**RE:** Em 1939 os nove estados do Nordeste estavam, junto ao Amazonas, nas dez piores posições do ranking brasileiro de PIB per capita. Oitenta anos depois, embora a disparidade entre o maior e o menor PIB per capita tenha diminuído, e mesmo com os esforços realizados desde a criação da Sudene a partir de 1959, os nove estados do Nordeste estão nas 11 piores posições (junto ao Acre e Amapá). Será que as políticas públicas realizadas no período fracassaram ou a resposta seria algo como "ruim com elas, pior sem elas"?

**Tania:** Houve mudanças na organização regional do país e as políticas regionais foram muito importantes. Vou trazer outro dado do Nordeste: na década de 1950 a renda per capita da região era um terço daquela do Sudeste; hoje é a metade. Sem as políticas públicas, talvez fosse um quinto, em vez de um terço.

As políticas deram resultado, é melhor com elas, e ainda precisamos delas. Apesar de haver melhora, as diferenças regionais ainda são muito marcantes no Brasil, principalmente quando olhamos a dimensão social. Qualquer mapa de qualquer variável social é parecido: o Sul sai na frente, o Sudeste vem em segundo lugar, o Norte e o Nordeste estão muito próximos, com os piores resultados, e o Centro-Oeste se aproxima cada vez mais do padrão do Sudeste.

Se você observar esses mapas, há uma mudança que combinou políticas públicas de dois tipos: explícitas, que são essas voltadas a reduzir a desigualdade regional (como incentivos fiscais), e implícitas, que são políticas setoriais, mas que têm uma leitura regional. Um exemplo é a política educacional do primeiro e segundo governo Lula para o ensino superior. Houve uma expansão da oferta, mas o Nordeste recebeu mais matrículas do que as regiões mais ricas do País e o impacto positivo, aqui, foi bem maior.

O Brasil ainda precisa de políticas regionais, mas tenho defendido que não basta olhar para as desigualdades para construir política regional. É preciso ter um olhar mais positivo, nas potencialidades, porque o Brasil é um país diverso e tem potencialidades distintas em cada região.

As políticas públicas precisam ter a leitura da diversidade do País. Uma política agrícola não pode tratar o Centro-Oeste como trata o Nordeste ou o Sul. São realidades completamente diferentes. Por isso, é necessário valorizar políticas públicas que tenham a preocupação de fazer a leitura regional em políticas setoriais. Na Academia, as chamamos de “políticas regionais implícitas”. E elas são muito importantes, num país como o nosso.

**RE:** Como a senhora vê a importância da interiorização das universidades e Institutos Federais no processo de dinamização da economia das cidades médias na região Nordeste? O que pode ser feito para reter estas pessoas capacitadas no interior e levar desenvolvimento para estas regiões? Este processo pode ser replicado de forma exitosa em outras regiões? E qual o risco de haver uma formação de profissionais capacitados que não encontram espaço no mercado e terminam se tornando trabalhadores de aplicativos?

**Tania:** O Brasil concentrou a população, as metrópoles e as universidades no litoral. Esse movimento de desconcentração territorial das universidades nas várias regiões do Brasil foi uma das políticas mais importantes destas últimas décadas. Educação é um investimento estratégico. O Nordeste levou vantagem, porque as universidades foram levadas para o interior e isso coincidiu com o momento em que as cidades médias do Brasil inteiro estavam crescendo um pouco acima das grandes.

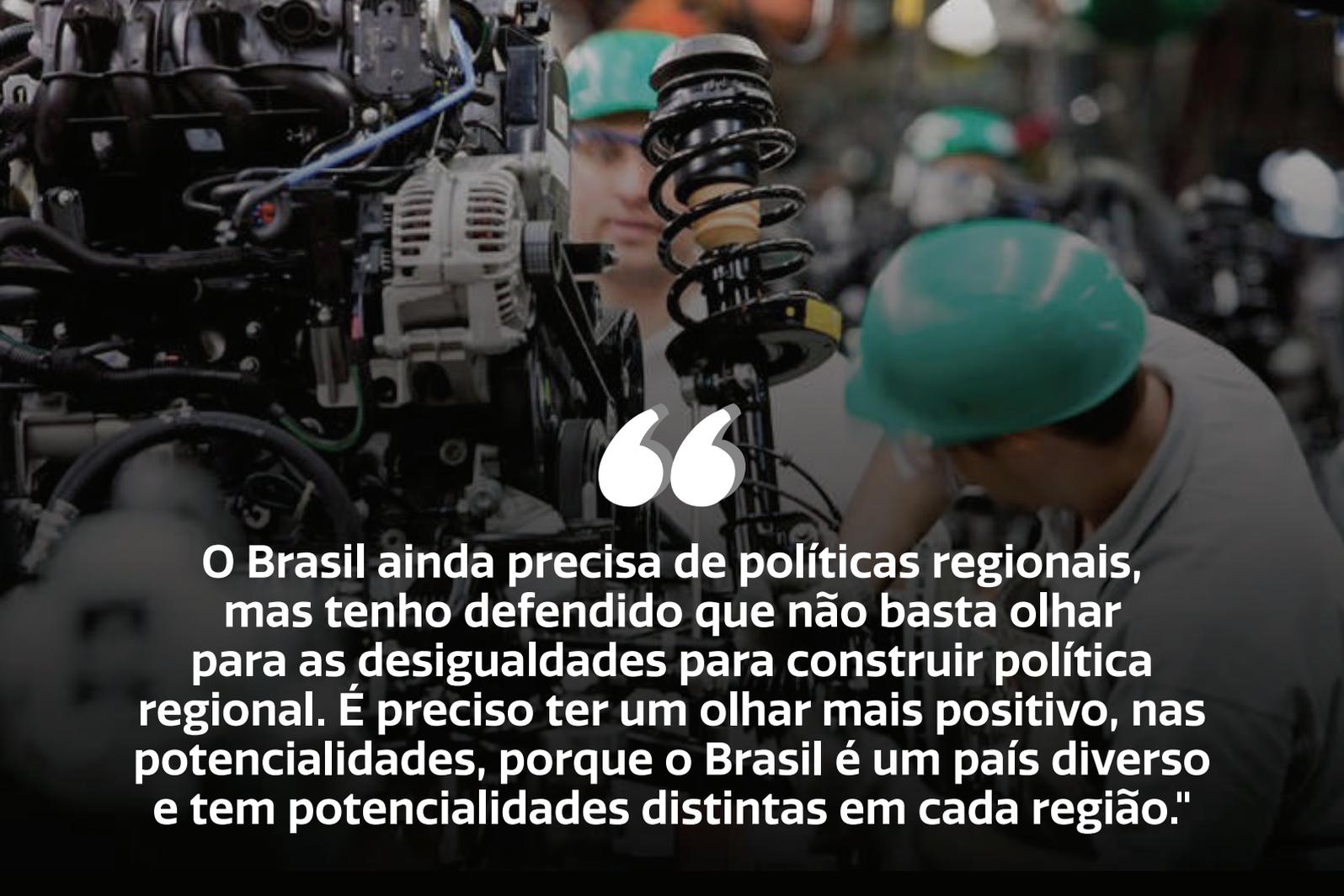
O dinamismo das macrocidades é um fenômeno do Século 20, enquanto o das cidades médias é um fenômeno do Século 21. É assim no Brasil inteiro e, também, no Nordeste. A chegada da universidade adensa a economia da cidade média: ela atrai professores de fora, alunos, gera demanda por hotéis, pelo barzinho da sexta-feira e produz um dinamismo no comércio e serviços muito interessante. Gente qualificada no interior do País é um ativo que não tínhamos antes e que hoje está mais desconcentrado.

Precisamos levar novas bases produtivas para engajar esta população jovem do interior do País, em especial no Nordeste: fazer políticas públicas e estimular iniciativas empresariais e sociais para aproveitar esta moçada. Os estudos regionais já começam a enfatizar isso. As políticas regionais precisam tratar este conjunto de pessoas qualificadas como um ativo estratégico do Século 21, que é o século do conhecimento.

**RE:** O Novo PAC e o Plano de Transição Ecológica são oportunidades para um novo ciclo de desenvolvimento regional? E como essas iniciativas podem ser usadas de forma estratégica nas regiões mais carentes?

**Tania:** O PAC é uma oportunidade, com prioridade para investimentos em infraestrutura, que é o “calcanhar de Aquiles” de algumas regiões. Precisamos de infraestrutura, e os investimentos precisam de leitura regional, porque as necessidades regionais são diferentes.

Costumo dizer que o PAC está mais concentrado na infraestrutura do Século 20 e construído em cima das carências. É preciso avançar nas infraestruturas do Século 21, como a distribuição da rede de telecomunicações. Ela está no



**O Brasil ainda precisa de políticas regionais, mas tenho defendido que não basta olhar para as desigualdades para construir política regional. É preciso ter um olhar mais positivo, nas potencialidades, porque o Brasil é um país diverso e tem potencialidades distintas em cada região."**

PAC, mas a quantidade de recursos é muito menor que a da infraestrutura tradicional, por exemplo.

A transição ecológica também está muito pouco considerada no PAC. Ele não apropriou os impactos e desafios da transição ecológica – que, no caso do Brasil, traz uma enorme oportunidade. O mundo está olhando para as nossas riquezas naturais. O Brasil é uma potência ecológica e tem potencial enorme para contribuir com a mudança que o mundo está precisando, e um dos locais que pode contribuir mais é o Nordeste, com um potencial para energia limpa maior que o de outras regiões. Segundo a ANEEL, a potência outorgada de geração solar e eólica para o Nordeste soma cerca de 105 gigawatts. Itaipu gera 14 GW. Então ainda falta maior prioridade para oportunidades que estão latentes em várias regiões, inclusive no Nordeste. Oportunidade que também embute riscos, como o de transformar o País e o Nordeste em exportadores de energia limpa sem priorizar investimentos em cadeias produtivas a elas associadas. Novamente exportar commodities?

**RE:** A senhora avalia que os Fundos Constitucionais têm cumprido seu papel na promoção do desenvolvimento regional do Brasil?

**Tania:** Defendo a permanência deles. Foram uma das medidas mais acertadas do constituinte, na época. Hoje eu faria uma leitura mais crítica em relação ao Centro-Oeste, porque a região ganhou tanto dinamismo e se fortaleceu tanto que não sei se ainda precisaria do apoio de um Fundo Constitucional.

Neste ano, o Fundo do Nordeste tende a aplicar cerca de 40 bilhões de reais, o que é um número relevante para a economia da região. E é para o setor privado, porque ele não foi criado para financiar governo, mas para financiar atividades produtivas privadas. Isso dinamiza as regiões que precisam adensar suas bases produtivas. Neste momento de reindustrialização, por exemplo, é importante contar com os Fundos Constitucionais. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem feito boas análises sobre eles.

Além disso, num momento de disrupção, como o da passagem para a economia digital, muitas empresas precisam de um aporte importante destes recursos. Por outro lado, para grande potencial do Nordeste, a economia criativa, os recursos do FNE nunca chegaram (talvez porque parte importante da economia criativa brasileira é informal). Mas o BNB chegou com o FNE aos microempreendedores, urbanos e rurais, com o Crediamigo, traçando e implementando estratégia específica e muito exitosa. Não poderia fazer o mesmo com a economia criativa? Ela gera muitos empregos. Portanto, sou muito favorável à presença e continuidade dos Fundos Constitucionais.

**RE:** O processo de neointustrialização do Brasil é viável para todas as regiões ou ele tende a se concentrar naquelas que já são mais desenvolvidas?

**Tania:** No Brasil, houve um movimento de forte concentração industrial no Século 20, mas, já no final dele e no Século 21, ocorreu movimento de certa desconcentração para o “polígono industrial” definido pelo professor Clélio Campolina, e que chegou também ao Nordeste. Nos anos recentes, a indústria de transformação vem crescendo mais rápido no Nordeste que no Centro-Sul, por exemplo e ganhando peso relativo à indústria nacional.

Mas ainda temos uma ameaça de concentração. Embora haja uma trajetória de desconcentração, a gênese é concentradora. O risco existe no novo projeto, mas há fatores novos e, para mim, o mais importante é a crescente importância da produção de energia limpa no Nordeste. O Brasil é um grande produtor e o mundo é consumidor desta energia. O mundo não pode receber um incentivo para comprar energia barata no Brasil e deixar aqui apenas o papel de produzir commodities. Arrastar cadeias produtivas novas, em especial as grandes consumidoras de energia, é fundamental. O conceito de powershoring está sendo discutido. O Ministério da Fazenda tem tido protagonismo neste debate e tomado boas iniciativas. Mesmo assim, esta é uma ameaça muito grande: nos tornarmos produtores de commodities, não mais de açúcar ou algodão, mas de energia limpa. E só se combate este risco com o projeto de neointustrialização, trazendo a indús-

tria para junto da oferta de energias renováveis.

O Nordeste já deu alguns passos interessantes na nova indústria e o exemplo que gosto de mencionar é o da automotiva, porque foi o maior símbolo da concentração industrial no passado. Neste novo ciclo, temos duas indústrias automotivas no Nordeste, uma em Pernambuco (Stellantis) e outra na Bahia (BYD). Estamos, portanto, vivendo outro momento e precisamos de uma releitura para que a neointustrialização dialogue com esta nova realidade regional e com novas oportunidades como a de ter energia limpa abundante.

Por sinal, temos agora a discussão da reforma tributária, que tirou do Nordeste os incentivos fiscais, mas propõe o novo fundo de desenvolvimento regional. Esse tema é importantíssimo. Para onde vão os recursos do Fundo e o que irá fomentar? Este é um debate fundamental que precisamos ter, pensando na neointustrialização brasileira, para que ela seja menos concentradora do que foi a anterior.

**RE:** Neste ano o Sistema Cofecon/Corecons realizou o 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, que teve como tema central “a contribuição do Sistema Cofecon/Corecons para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil e suas regiões”. Na sua visão, qual é a importância do Sistema Cofecon/Corecons no processo de desenvolvimento econômico, tanto nacional quanto regional?

**Tania:** Nós, economistas, temos uma responsabilidade muito grande. Conhecemos a realidade econômica do Brasil, nossos entraves e os nossos potenciais. Um sistema como o Cofecon, que representa a maravilhosa diversidade da realidade econômica brasileira, é uma instituição muito importante para ter presença ativa no debate sobre o futuro do Brasil. Entrevistas, eventos e seminários são muito importantes para que nós, economistas, possamos ter voz. E no debate de hoje, uma parte de nós não temos voz – só quem tem são os economistas do sistema financeiro. Quem trabalha com foco na base produtiva aparece muito pouco no Brasil, e é nela que está o nosso grande potencial.





## Desenvolvimento sustentável seria aquele que se sustenta ao longo do tempo, que “satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as próprias necessidades.”

cesso de industrialização. No entanto, sem resolver completamente as questões estruturais da sociedade, parte do crescimento econômico trazido pela indústria fortaleceu a heterogeneidade estrutural e a criação de novas desigualdades, especialmente durante o período da ditadura militar.

Nas contradições do desenvolvimentismo autoritário do período ditatorial, a crise da dívida no Brasil e as novas demandas por reformas liberalizantes no mundo misturaram-se ao rico caldo da redemocratização na – injustamente cunhada por economistas – “Década Perdida”. Na contramão do mundo, é promulgada a Constituição de 1988, cujos princípios visavam à redução das desigualdades e injustiças da sociedade. Princípios que agiram e agem como forças contrárias à adoção de reformas liberalizantes que visam à diminuição de direitos da população.

A Constituição Cidadã foi um ato de rebeldia nacional, pois o debate econômico dos anos 1980 demonizou as palavras “planejamento” e “Estado”. Elas, felizmente, recuperaram seu significado original após a grande crise financeira de 2007, a ascensão da China e a pandemia de Covid-19, que mostrou as virtudes da rebeldia brasileira e o valor de desmercantilizar necessidades sociais estratégicas - como o Sistema Único de Saúde, responsável por salvar milhões de vidas de brasileiros na emergência pandêmica, mesmo sob um governo abertamente negacionista.

Celso Furtado, economista fundamental nos períodos democráticos do desenvolvimentismo, buscou compreender as origens do subdesenvolvimento econômico e como, através do mesmo processo histórico, o desenvolvimento de algumas nações ocorre como consequência e

simultaneamente ao subdesenvolvimento de outras. Na perspectiva do mestre Furtado, não há mecanismo natural de desenvolvimento; tudo é vontade política de transformação ou inércia criativa de novas desigualdades.

Na busca por conceituar o subdesenvolvimento, Furtado o caracteriza como um país que possui um setor dinâmico e modernizado, mas incapaz de garantir este consumo com base nas forças produtivas que possui internamente. Isso torna este país dependente tecnologicamente.

Em forma de espiral, quanto mais o padrão de vida se transforma - da passagem da carroça para carros, do telefone para o celular, da máquina de escrever para o computador - mais dependente a nossa vida cotidiana, o trabalho e as relações sociais se tornam de tecnologias que não produzimos.

Na cultura ocidental moderna, a criatividade e inventividade foram orientadas para o desenvolvimento de técnicas produtivas, conforme afirma o autor:

*A civilização em que vivemos caracteriza-se pela importância que nela assumiram as estruturas produtivas, cujo grau de complexidade cresceu desmedidamente. O controle dessas estruturas e a capacidade para fazê-las operar eficientemente constituem as bases do sistema de poder. A criatividade está principalmente orientada para a produção de técnicas que assegurem a estabilidade desse poder em face das pressões internas e externas (Furtado, 1990, p. 177, grifo nosso).*

Ou seja, a criatividade em nossa sociedade está orientada para a inovação tecnológica, pois ela permitiria a legitimação do sistema de poder

nas sociedades modernas e, por conseguinte, a acumulação e desenvolvimento econômico. Em última instância, este seria o fator que justifica o investimento em tecnologia de uma nação. Mais do que a geração de bem-estar e de desenvolvimento, Furtado (1990) mostrou que a inovação tecnológica é o meio que permite a estruturação e a hierarquização do poder entre as nações.

Desse modo, o papel do Estado e do planejamento estatal são fundamentais para a transformação econômica de uma nação. Furtado (1990, 184) considera o “planejamento como instrumento ordenador da ação do Estado, cujas funções no campo econômico tenderiam a crescer na medida em que se ampliasse o esforço para superar o desenvolvimento”.

Este papel é ressaltado de diversas formas por autores de diferentes formações. A economista italiana Mariana Mazzucato, prestigiada no debate brasileiro, tem defendido o Estado como instituição potencialmente empreendedora, pois desde a sua formação cria mercados para o setor privado atuar. Para isso, desenvolve a infraestrutura necessária: legislações que asseguram contratos, logística, rotas comerciais, instrumentos financeiros e monetários, base científica, tecnológica e de capital humano, além de possuir visão de longo prazo e, por isso, ser mais tolerante ao risco. Ademais, propõe missões específicas por meio de políticas públicas, forma ecossistemas de inovação e é menos avesso ao risco. Como destaca Mazzucato (2014, p. 29), “o Estado não é nem um ‘intruso’ nem um mero facilitador do crescimento econômico. É um parceiro fundamental do setor privado – e em geral mais ousado, disposto a assumir riscos que as empresas não assumem”. Na ótica da autora, cabe a ele assumir uma posição mais ativa e confiante diante da economia a fim de que não se curve aos interesses privados.

Sobre o papel do Estado no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, a autora defende que é insuficiente olhar a economia somente do ponto de vista macroeconômico keynesiano; caberia unir a micro com a macroeconomia, ou seja, o aumento do gasto deve ser estratégico, focado em investimentos que promovam a inovação e, por conseguinte, o desenvolvimento científico-tecnológico:

*“... [o] papel do Estado [deve ir além] do estímulo à demanda, ou da preocupação de ‘escolher vencedores’. Em vez disso, o que temos é um caso de Estado direcionando, proativo, empreendedor, capaz de assumir riscos e criando um sistema altamente articulado que aproveita o melhor do setor privado para o bem nacional em um horizonte de médio e longo prazo. É o Estado agindo como principal investidor e catalisador que desperta toda a rede para a ação e difusão do conhecimento. O Estado pode e age como criador, não como facilitador da economia do conhecimento.”*

Ou seja, ambos acreditam que se o setor privado for deixado “livre” e isolado, ele não promoverá necessariamente o desenvolvimento econômico e, tampouco, a inovação. O objetivo do setor privado é o lucro e a inovação é um meio para se chegar a ele. Se o setor privado considerar que é mais lucrativo não investir em inovações, não o fará. O ponto de tensão entre o *modus operandi* da empresa capitalista e a ação do Estado é que, nas sociedades modernas, a dinâmica e o desenvolvimento econômico são dados pela inovação, executada pelas empresas em seus interesses privados, planejada pelo Estado no interesse público.

Hoje o termo “política orientada por missões” veio substituir a palavra “planejamento”, a fim de criar um distanciamento. Mas o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek – que em 1956 definiu 30 metas de desenvolvimento a serem atingidas até o final da década de 1960 – não poderia ser definido como uma política orientada por missões?

Hoje o mundo está passando por nova e importante transformação tecnológica, em favor de energias renováveis, mais limpas, em um contexto em que a contradição entre desenvolvimento econômico e recursos terrestres se aprofunda. Essas transformações são percebidas do ponto de vista econômico como oportunidades de inovação tecnológica e inserção de novos atores nas cadeias globais de valor, o que poderia alterar a dinâmica da economia global e as relações de poder, especialmente pela relação entre Estados Unidos e China.



**Planejamento como instrumento ordenador da ação do Estado, cujas funções no campo econômico tenderiam a crescer na medida em que se ampliasse o esforço para superar o desenvolvimento”.**



Nesse cenário, como planejar novamente, desde a periferia, o desenvolvimento econômico e social pautado pela democracia?

Para ser democrático, ele precisa primeiramente ser pautado pela ação coordenada do Estado brasileiro com a sociedade civil. Todas as políticas estruturantes que possam criar forças modernizadoras devem estar alinhadas. Foi uma grata surpresa observar que a nova política industrial, o plano Nova Indústria Brasil (2024), foi desenvolvida por um organismo de participação social, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Caso o Estado se estruture em políticas orientadas por missões, como as recém-lançadas bases para a política industrial brasileira, as

missões devem ser coesas e congruentes ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, estando presentes em todas as políticas estruturantes da sociedade brasileira.

Não há como pensar em política industrial para o desenvolvimento econômico e social em desconexão com as políticas educacional, de inovação, de valorização do salário mínimo e de ampliação do acesso ao sistema de saúde e à moradia.

Após estudar o subdesenvolvimento das forças produtivas e da sociedade brasileira e compreender os mecanismos de reprodução deste, Celso Furtado acreditava na criatividade e na força modernizadora da sociedade brasileira, que seria capaz de reduzir ou mesmo de superar

o subdesenvolvimento. Não enxergava outra saída que não fosse por meio da industrialização. Ela deveria ser promotora de uma nova inserção internacional, por contribuir para a diversificação das exportações e ser alavanca do mercado interno. Para reduzir a desigualdade precisava criar empregos novos e permitir o acesso a bens de consumo. Reconhecia que, dadas as limitações causadas pelo subdesenvolvimento pelo qual passou o Brasil, gerando desigualdades e baixos níveis de renda, seria improvável que detivesse um sistema industrial competitivo internacional-

mente em todos os setores. No entanto, este deveria ser integrado. A inserção internacional deveria ser seletiva e, portanto, planejada.

Ao planejamento caberia a missão de resistir às resistências estruturais de superação do subdesenvolvimento. Somente por meio de uma visão ampla da economia da brasileira, de sua inserção na esfera global e de como ocorre sua dinâmica interna, pode-se pensar em desenvolvimento econômico e social mais justo e democrático.

---

## Referências Bibliográficas

L. Dowbor – Os estranhos caminhos do nosso dinheiro – Fundação Perseu Abramo, 2013 - <https://dowbor.org/2013/06/l-dowbor-os-estranhos-caminhos-do-dinheiro-sao-paulo-ed-fundacao-perseu-abramo-2013-isbn-978-85-7643-209-8-70p.html>

Keyu Jin – The new China Playbook – Viking, New York, 2023 - <https://dowbor.org/2024/01/the-new-china-playbook-beyond-socialism-and-capitalism.html>

Arthur Kroeber – China's Economy – Oxford University Press, 2016 - <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>

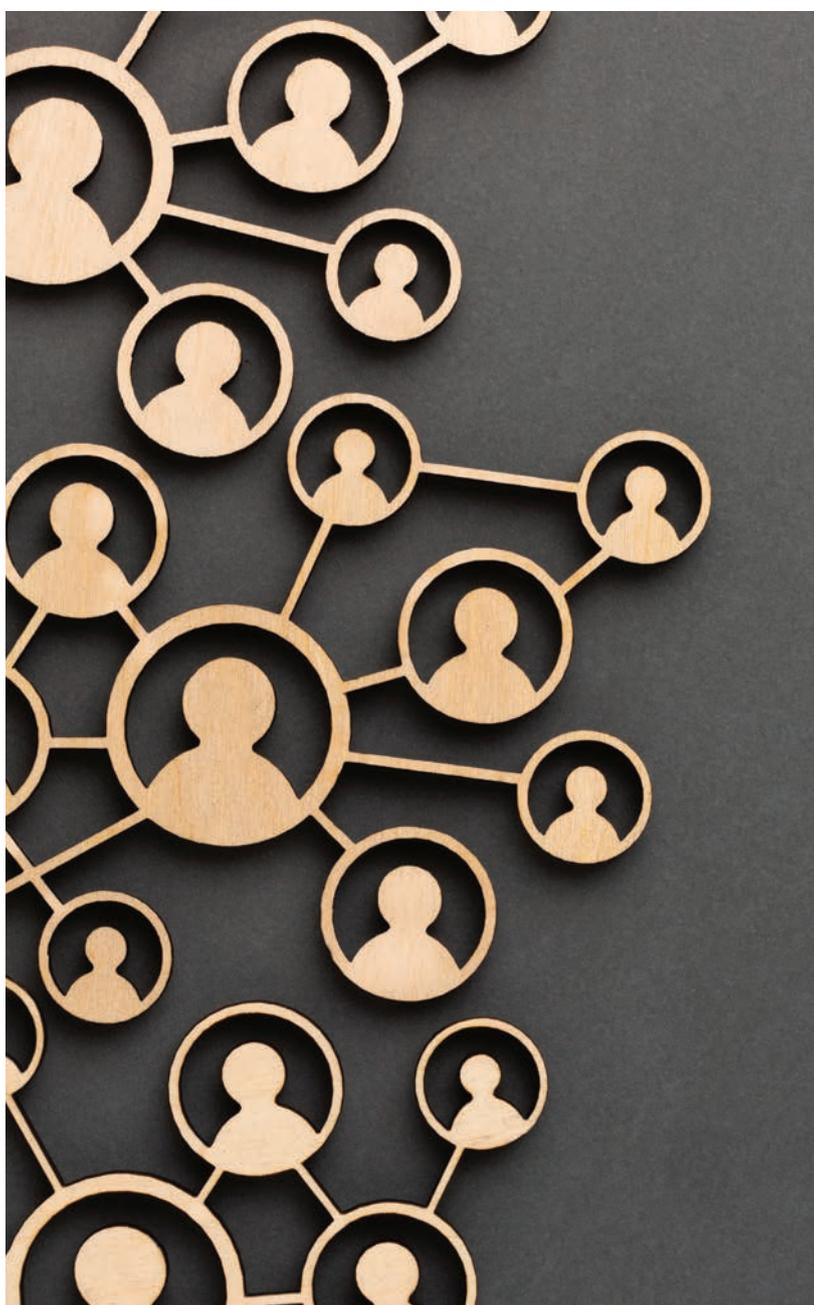


## Daniela Freddo

Professora Adjunta do Departamento de Economia da UnB, orientadora credenciada de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Mestrado Profissional. Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Econômicas da UnB. Coordenadora da Linha de Pesquisa de Economia Política do Doutorado Acadêmico da UnB. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Formação Econômica do Brasil, História Econômica e Economia Política.

# A construção da economia a partir do território

POR LADISLAU DOWBOR



Nosso problema não é propriamente econômico, no sentido de falta de recursos. É uma questão de organização política e social. Enfrentamos dramas estruturais, em particular a desigualdade, a destruição ambiental e o dreno financeiro. Mas esses são os efeitos (ou resultados) da falta de organização adequada do processo decisório da sociedade, a chamada governança. O Brasil descentralizou, sem dúvida, numerosos encargos no quadro da Constituição de 1988, mas não os recursos. O prefeito, no Brasil, viaja regularmente para Brasília para obter uma fatia de emenda parlamentar de um deputado ou de um senador, pois os recursos próprios são poucos e as transferências dependem de negociações e alinhamentos políticos.

Os poderes locais têm dificuldade de funcionar por falta de recursos e os poderes centrais estão atolados em micro negociações, preparando a possível reeleição, em vez de gerir os desafios de nível nacional. Para um país das nossas dimensões, com 210 milhões de habitantes e 5.570 municípios profundamente diversificados, isso é um despropósito em termos da mais elementar gestão, de “management”, de capacidade administrativa. Décadas

atrás seria até compreensível, com forte proporção de população rural dispersa e nível precário de administração no que era o "interior". Hoje, com 87% de população urbanizada, gente formada em todo o País (ainda que em número muito insuficiente), e inclusão digital generalizada, o que se desenha é um sistema descentralizado de gestão em rede, permitindo que as decisões sobre a gestão dos recursos sejam próximas das populações interessadas.

A descentralização do processo decisório, o repasse de mais recursos para a base da sociedade e a participação das comunidades interessadas constituem os três eixos principais da racionalização da nossa organização econômica, política e social. Política não é apenas estruturação partidária, é essencialmente a estruturação do processo decisório para que os recursos sirvam aos interesses das comunidades. O próprio peso das emendas parlamentares mostra a deformação do sistema de gestão. Um pequeno livro que escrevi há alguns anos, *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro*, apresenta o nível das deformações.

Não é secundário que o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, que assegurava apoio de formação e gestão às administrações municipais, tenha sido extinto em 2015. A Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), que tanto contribuiu para pesquisa e racionalização da gestão pública, foi igualmente extinta em 2015. A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) foi extinta em 2019. São apenas alguns exemplos do estado de São Paulo,

mas a própria formação em gestão pública é frágil no Brasil, e particularmente fraca é a formação de quadros para a gestão integrada do território (tão generalizada, por exemplo, na França, com o nome de *Aménagement du Territoire*).

As pessoas vivem no território, têm vizinhos, o bar, a praça, a igreja, o cemitério, a terra, o seu espaço do cotidiano, e é onde enfrentam os problemas da educação, da saúde, do rio limpo ou contaminado, da riqueza ou pobreza cultural, da riqueza ou pobreza do convívio. O cotidiano humano é essencialmente local, e a construção da qualidade de vida depende profundamente da organização do território. Cada cidade, com o seu entorno rural, constitui uma unidade de convívio, que nunca será adequadamente organizada se as próprias pessoas que nela vivem não forem os protagonistas da sua gestão.

Não se trata apenas do sonho do *small is beautiful* (do economista E. F. Schumacher), apesar deste ainda ser atual. Trata-se do formato básico da sociedade moderna que funciona. Na Alemanha, as pessoas não colocam o seu dinheiro em bancos, e sim em caixas locais de poupança, as *Sparrkassen*, que permitem que o dinheiro das pessoas sirva para investirem no desenvolvimento da própria comunidade. Como grande parte dos tributos recolhidos são igualmente transferidos para os municípios, gera-se uma capacidade de gestão participativa, somando as poupanças das famílias e o dinheiro dos tributos. Ao mesmo tempo, o modelo permite que os governos regionais e o governo central se ocupem de temas mais amplos.

A China é uma bom exemplo. O governo central em Beijing é politicamente forte, mas pe-



**Os poderes locais têm dificuldade de funcionar por falta de recursos e os poderes centrais estão atolados em micro negociações, preparando a possível reeleição, em vez de gerir os desafios de nível nacional."**



**Cada cidade, com o seu entorno rural, constitui uma unidade de convívio, que nunca será adequadamente organizada se as próprias pessoas que nela vivem não forem os protagonistas da sua gestão."**

queno, cuida das grandes infraestruturas, dos investimentos científicos, da política externa, da regulação financeira e dá orientações gerais. Mas os milhões de pequenos desafios que envolvem a implementação das políticas são enfrentados no plano local, segundo as condições diferenciadas. O estudo de Keyu Jin, *The New China Playbook: beyond socialism and capitalism*, ao detalhar o processo decisório chinês, qualifica a economia chinesa de *major economy*, economia de prefeitos. "Dividir o poder no nível local fez sentido de várias maneiras. São os funcionários locais, afinal, que conheciam melhor as condições locais, tinham as mais amplas redes locais, e sabiam como juntar a informação local, e tomavam decisões informadas sobre a alocação de recursos. Isso os colocou numa posição muito melhor do que um governo central distante para desenvolver a sua economia local. Na realidade, o eterno dilema sobre a centralização política é que enquanto esta é boa para estabelecer os objetivos de longo prazo para melhores resultados, isso é frequentemente associado com burocracias distantes pouco sensíveis às necessidades locais. Os funcionários locais na China gozam de autonomia substantiva para desviar das normas, e a aproveitaram bem."(128)

Lembro de visitar localidades do interior chinês depois de problemas ambientais resultantes do desmatamento. O governo central orientou o conjunto do país no sentido da rearboreção. Mas é cada município que gere as formas de implementação. Arthur Kroeber, no seu *China's Economy*, escreve que a China é mais descentralizada do que a Suécia, onde 72% dos recursos

tributários são diretamente transferidos para poderes locais. No Brasil, estamos falando de 15%. As transferências são batalhadas. "Na dimensão quantitativa, pela proporção de rendimentos e gastos fiscais manejados pelos governos locais, a China é, por uma ampla margem, o país mais descentralizado na terra, com participação dos governos locais nos rendimentos e nos gastos superior ao dobro do praticado nos países desenvolvidos da OECD, que, por sua vez, tendem a ser mais descentralizados do que nações em desenvolvimento."(111)

Este ponto é absolutamente central, pois alia uma forte capacidade de orientação política central a uma radical flexibilidade local na aplicação destas orientações, somando-se coerência sistêmica com agilidade administrativa. É uma lição essencial, inclusive para o Brasil, que tem um governo muito centralizado e finanças locais frágeis. Não bastam a descentralização dos recursos e a autonomia do processo decisório: as comunidades precisam ter instituições financeiras locais de gestão do dinheiro. No Brasil, elas são agências locais dos grandes bancos, que drenam os recursos das comunidades por meio da agiotagem.

Em termos de orientação político-administrativa, o Brasil optou nas últimas décadas pela fragilização do setor público e privatizações, com a narrativa de que os diversos setores privados da economia poderiam aliar flexibilidade e racionalidade por meio de agências reguladoras setoriais. Hoje constatamos o seu fracasso rotundo, com o exemplo mais espetacular na falência da capacidade reguladora do Banco Central.

As agências reguladoras passaram a ser controladas pelas próprias corporações de cada setor.

O que está no cerne do resgate da governabilidade do país é, sem dúvida, a recuperação da capacidade reguladora do Estado, mas, em particular, a complementação da regulação setorial pelos sistemas regionais e locais de articulação intersetorial. O que chamamos de desenvolvimento local integrado é essencial para que as orientações mais amplas do governo central, como políticas ambientais e de redução das desigualdades, encontrem formas práticas e participativas de aplicação.

Finalmente, ponto crucial das transformações que hoje enfrentamos, a possibilidade da gestão descentralizada em rede assegurada pela inclusão digital está mudando em profundidade o próprio conceito de governança, de maneira sistêmica. O Bolsa Família, por exemplo, ao fazer chegar recursos financeiros do governo central diretamente para o bolso das famílias, constitui

uma política importante, mas também um exemplo de que a aplicação de recursos não precisa passar por toda a hierarquia burocrática. Hoje podemos descentralizar radicalmente as políticas sem perder o seu controle, já que o seguimento online é simples, o que assegura simultaneamente eficiência e responsabilização. Isso envolve igualmente uma modernização radical dos sistemas municipais de informação, para que sejam abertos e transparentes.

As novas tecnologias já estão nas mãos dos gigantes corporativos mundiais, mas os processos decisórios do setor público ainda caminham na precária negociação de interesses nos corredores do Planalto: segurar decisões é sinal de poder. Não tenho dúvida de que precisamos de um novo pacto federativo, no sentido de políticas integradas e descentralizadas de desenvolvimento. Um pouco de inteligência artificial, inclusive, ajudaria a nossa inteligência política.

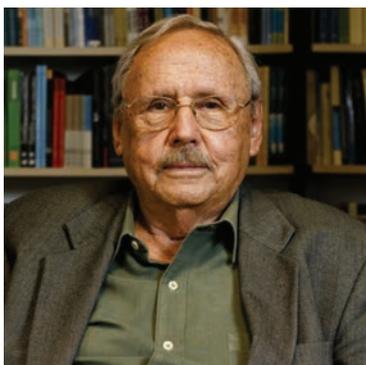
---

## Referências Bibliográficas

L. Dowbor – Os estranhos caminhos do nosso dinheiro – Fundação Perseu Abramo, 2013 - <https://dowbor.org/2013/06/l-dowbor-os-estranhos-caminhos-do-dinheiro-sao-paulo-ed-fundacao-perseu-abramo-2013-isbn-978-85-7643-209-8-70p.html>

Keyu Jin – The new China Playbook – Viking, New York, 2023 - <https://dowbor.org/2024/01/the-new-china-playbook-beyond-socialism-and-capitalism.html>

Arthur Kroeber – China's Economy – Oxford University Press, 2016 - <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>



## Ladislau Dowbor

Professor de economia na PUC-SP, consultor de várias agências da ONU e autor de numerosos livros e trabalhos técnicos disponíveis gratuitamente no site <https://dowbor.org>. Em 2024, venceu o Prêmio Brasil de Economia, categoria livro, com a obra "Resgatar a Função Social da Economia: Uma Questão de Dignidade Humana", publicada pela Editora Elefante.

# Desenvolvimento Regional no Brasil:

*momento atual e perspectivas para 2025 – com foco nas políticas econômicas voltadas para a redução das desigualdades*

POR EVALDO GOMES JÚNIOR



Em 2011 o professor Wilson Cano escreveu o texto *Novas determinações sobre as questões Regional e Urbana após 1980*. Não foi a primeira nem a última vez que este saudoso professor apontou para a ordem neoliberal como o principal motivo no Brasil para o aprofundamento de sua condição de subordinação e subdesenvolvimento. Antes, Cano, em conjunto com Guimarães Neto, afirmara que a questão regional deriva de distintas formações socioeconômicas, inclusive do ordenamento territorial e produtivo do subdesenvolvimento (Cano e Guimarães Neto, 1986). Por trás desta grande questão estão problemas de desigualdade, pobreza e baixo dinamismo econômico das regiões, das cidades e de diversos setores econômicos.

Vejam a seguinte estrutura regional, no Sudeste do Pará, uma região com alto índice de desmatamento na Amazônia Oriental, encontra-se a maior província mineral do mundo. Dos quinze maiores municípios exportadores de minerais metálicos no país em 2023, quatro estão nesta região: no topo do ranking Parauapebas e Canaã dos Carajás, e Marabá e Curionópolis um pouco mais abaixo. Estes municípios representaram mais de 44% dos mais de US\$ 35<sup>1</sup> bi de dólares de minerais metálicos exportados pelo Brasil em 2023. Os fluxos migratórios para estas regiões são intensos desde antes da implantação dos projetos oficiais de mineração, nos anos de 1980. Entre os dois últimos Censos Demográficos, enquanto o crescimento anual da população brasileira ficou em 0,52%, na região intermediária de Marabá, que contém os demais municípios, a média foi de 1,30% a.a. Parauapebas e Canaã dos Carajás apresentaram no mesmo período taxas de crescimento populacional 4,54% e 9,23 ao ano, respectivamente<sup>2</sup>. Ainda assim, confrontada com os dados do último Censo Demográfico, nestes municípios 40% da população vive com renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo, segundo atualização de outubro de 2024 do CadÚnico<sup>3</sup>.

Após a fase de industrialização centralizada por São Paulo, entre 1930 e 1980, e da transição ao neoliberalismo – desde a ascensão da dívida externa, de sua crise até a abertura econômica e reformas – a questão regional no Brasil

voltou a ser definida a partir de eixos e regiões exportadoras, mas agora com concentrações urbanas significativamente maiores que no período que antecedeu a industrialização nacional. Monteiro Neto e Silva (2018) caracterizam esta última fase, em termos de desenvolvimento dos setores industriais, como uma desconcentração da estrutura produtiva regional com reestruturação regressiva. Assim como Cano, os autores percebem que a economia nacional caminhou para integrar regiões de forma especializada a cadeias de produção de *commodities*, vinculadas à maior concentração fundiária na produção agropecuária do mundo.

Considerando que as estratégias de desenvolvimento regional são formuladas pelo Estado nacional, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial, por meio dos condicionantes produtivos e comerciais/financeiros a nível mundial, bem como determinados pelos perfis de políticas macroeconômicas e industriais no País; e, também, considerando sua estrutura de governança e de perfil de agendas para o desenvolvimento das regiões no País, ficam mais evidentes os motivos da redução da capacidade de atuação e direcionamento dos investimentos a partir do Estado nacional e de suas subunidades neste período neoliberal.

Nestes termos, uma importante sistematização histórica-estrutural recente de Rodrigo Portugal (2024) conclui que a formulação das políticas de incentivos fiscais no Brasil tornou-se inerte para a promoção de políticas de desenvolvimento regional, especialmente a partir das décadas de 1990, anos de desmontes das Superintendências de Desenvolvimento Regional, incluindo os processos atuais de tentativa de retomada, especificados na formulação, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047/07<sup>4</sup>. Para aquele autor, a falta de diagnósticos adequados é central para entender como as políticas de incentivos financeiros, tributários e creditícios, direcionados para as macrorregiões mais pobres do País, operacionalizadas de forma permanente desde a década de 1960, são insuficientes para retomada de políticas de redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento regional.



## **Anos de gestão de incentivos fiscais nas mais diversas modalidades não foram suficientes para fazer perceber que, além dos problemas em termos de diagnósticos, é preciso situar que a política de desenvolvimento regional não pode se limitar a encorajar os investimentos privados."**

Passado este período de mudanças rápidas nas orientações das questões e planos para o desenvolvimento regional, o Brasil se coloca como uma das maiores economias nacionais do mundo moderno, mas com demandas importantes de investimento nos setores básicos de energia, comunicação, transportes e construção civil. O drive exportador das últimas décadas não conseguiu consolidar os processos de transição para uma matriz de transporte multimodal, desenhada pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Retomando o diagnóstico da PNDR, as regiões pobres e de baixo dinamismo econômico, concentradas historicamente nas macrorregiões Norte e Nordeste, também persistem em determinados lugares no Centro-Sul e Centro-Oeste do País.

Anos de gestão de incentivos fiscais nas mais diversas modalidades não foram suficientes para fazer perceber que, além dos problemas em termos de diagnósticos, é preciso situar que a política de desenvolvimento regional não pode se limitar a encorajar os investimentos privados. No limite, este modelo único de política de desenvolvimento regional compartilhou, junto à Guerra Fiscal, os direcionamentos dos investimentos nas últimas décadas. Por outro lado, não se distingue mais entre setores prioritários para o desenvolvimento e setores subsidiários e não-prioritários. A política deixa de gerar uma possibilidade de soluções estruturais para fazer avançar processos exclusivos de alavancagem financeira das empresas, vinculados a ganhos por dedução de impostos e subsídios nas linhas de crédito, pouco relacionados a ganhos de produtividade.

O jornal Valor Econômico divulgou recentemente que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) apresentou para o Ministério da Fazenda uma solicitação de ampliação do rol de empresas beneficiadas com o incentivo de 75% de dedução do imposto de renda na área de abrangência do órgão. Agora, a Sudene pretende incluir, além das indústrias de transformação, ramos do setor de serviços e pecuária, especialmente por conta do aumento dos chamados *call centers* no Nordeste. É desafiador que um economista, ainda que liberal, desenvolva argumentos que defendam a possibilidade de estruturação de uma economia nacional, e de suas economias regionais, priorizando créditos e deduções tributárias para o setor de *call centers*.

Deve-se partir da realidade e considerar que o fim do neoliberalismo deve representar a retomada do planejamento em âmbitos públicos, ainda que em outras formas e conteúdos. E, por isso, deve-se compreender que:

- i) conforme asseveram Monteiro Neto e Silva (2018), há um processo de desconcentração da estrutura produtiva regional com reestruturação regressiva dos processos, alimentados principalmente pela dinâmica de exportação de commodities;
- ii) a compreensão do crescimento da renda média em regiões de dinâmica vinculada ao setor exportador deve ser feita para que sejam perceptíveis as consequências de aglomeração de investimento e adensamento populacional deri-

vadas dos níveis elevados de desigualdade entre as regiões, inclusive superando a renda média de regiões metropolitanas;

iii) é preciso pensar o desenvolvimento regional para além da urbanização, da rede urbana e da hierarquia urbana, também evidenciando que os territórios pobres são territórios de baixa infraestrutura. Infraestruturas devem ser organizadas para que as pessoas permaneçam em seus territórios, e não só sejam expulsas, na Amazônia especialmente;

iv) o Estado precisa superar o neoliberalismo com a retomada de políticas de criação de novos ativos públicos, ainda que nem todos sejam estatais, que integrem o País em termos de infraestrutura básica num momento em que as condições de organização das sociedades modernas passam por profundas alterações de paradigma tecnológico e de governança.

Outra governança de políticas de desenvolvimento regional, que permita articulações territorializadas de órgãos, empresas e autarquias públicas, com organizações sociais e empresas de articulação regional, pode ser desenvolvida por meio de redes que facilitem o compartilhamento de experiências e façam emergir com maior velocidade novas soluções para a questão regional no Brasil. Nem a descentralização, que

não gera mais soluções de investimentos na fase atual; nem o centralismo que a Ditadura Militar fez surgir no aparato estatal e no território nacional, e que ainda persiste como modelo de ordenamento territorial e social.

Além disso, já existe uma série de outros incentivos trazidos pela pauta da crise socioambiental, especialmente com a retomada das políticas de redução dos desmatamentos e queimadas e do incentivo a pesquisas sobre novas economias e diversificação produtiva de base comunitária, com incorporação de novas demandas de trabalho, que buscam superar a dependência de matrizes energéticas de base fóssil. Os incentivos derivados do Fundo Amazônia, por exemplo, alocados pelo BNDES, são uma importante iniciativa de financiamento para o desenvolvimento de base sustentável na Amazônia. Mas este banco precisa se recordar que é de desenvolvimento econômico e social, e que é possível pensar processos de inclusão socioeconômica e indução produtiva em regiões e territórios, com a presença de técnicos para orientar a formulação de projetos de base comunitária, e não necessariamente promover sorteio de políticas públicas inovadoras por meio de editais. É com este tipo de princípio (de formulação de soluções a partir de redes de integração de agendas, recursos, regiões e territórios) que podemos projetar o futuro da política regional no Brasil.



Foto: CNI/José Paulo Lacerda/Direitos reservados

---

## Notas

<sup>1</sup> Segundo Base de Dados do Comércio Exterior, do Governo Federal. Disponível em: < <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>.

<sup>3</sup> Dados levantados da Tabela 4709, para as definições geográficas especificadas no texto, do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>.

<sup>3</sup> Dados extraídos da base dados do governo federal para o Cadastro Único dos Programas Sociais, a CECAD 2.0. Disponível em: < <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>.

<sup>4</sup> Porém, atualizada pelo Decreto nº 9.9810/19 e alterada novamente pelo Decreto nº 11.962/24, que inclui como princípio da política o Desenvolvimento Sustentável e altera as estratégias de governança para aquilo que será apontado ao final deste texto.

## Referências Bibliográficas

Brasil. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I), revogada pelo Decreto nº 8.810/18. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de fevereiro de 2007.

Brasil. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II), e revoga o decreto Decreto nº 6.047/07. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de maio de 2019.

Brasil. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Altera o decreto Decreto nº 9.810/19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de março de 2024.

Cano, Wilson; Guimarães Neto, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. Pensamento Iberoamericano, n. 10, p. 167-184, 1986.

Cano, Wilson. Novas determinações sobre as questões Regional e Urbana após 1980. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 13 n.1, p. 27-53, 2011.

Monteiro Neto, Aristides; Silva, Raphael de Oliveira (2018) : Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: Padrões e ritmos. Texto para Discussão nº 2402. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

Portugal, Rodrigo. Avaliação de desenho dos incentivos fiscais federais para o desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202425>



## Evaldo Gomes Júnior

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Tocantins, é mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico, pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professor, atualmente é coordenador do mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

# O papel dos Fundos Soberanos de Riqueza

*para atenuar a vulnerabilidade de estados e municípios*

POR EDUARDO BASSIN



## Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar os Fundos Soberanos de Riqueza como um instrumento auxiliar no desenvolvimento econômico regional. Tal tarefa é iniciada através de uma breve apresentação das principais características desses fundos. Na sequência é feita a distinção entre fundos financeiros e fundos mistos, mostrando como os fundos mistos apresentam maior poder de gerar desenvolvimento regional. Em seguida são detalhadas, mas não exauridas, as vias que podem levar ao estado de vulnerabilidade muitas das vezes peculiar aos entes receptores de grandes volumes de Royalties e Participações Especiais (RPE) originados pela extração do petróleo. A questão da vulnerabilidade dos municípios mineradores também é abordada.

Tendo em vista que Fundos Soberanos de Riqueza podem se tornar alvo de críticas em função de realizarem suas operações com recursos públicos, é fundamental que esses veículos de investimento adotem elevados padrões de governança e transparência. Esse aspecto também é abordado no artigo.

## Breve panorama

Fundos Soberanos de Riqueza, ou simplesmente Fundos Soberanos, são instrumentos de investimento de propriedade de um ente público, ou seja, município, estado ou país, independente das reservas cambiais (no caso de ser propriedade de um país, obviamente), com personalidade jurídica própria. Geralmente esses fundos têm o longo prazo como horizonte de investimento.

Em função de visarem a atender suas necessidades da forma mais adequada, os Fundos Soberanos apresentam características únicas e por isso seus objetivos não apresentam uniformidade. Os objetivos mais comuns são: a) constituir poupança intergeracional; b) promover estabilização; c) conceder financiamentos; d) diversificar a carteira de ativos; e) promover o desenvolvimento; f) di-



versificar a estrutura econômica local; e g) estratégico. Os itens “d” e “g” são menos comuns em fundos soberanos subnacionais (ou regionais), que é o objeto de análise desse artigo.

Quanto ao tipo, os Fundos Soberanos podem ser financeiros, que são aqueles que têm como propósito fazer gestão de portfólio composto por ativos financeiros, ou fundos soberanos mistos, que além de ativos financeiros, contam com ativos reais, participação em empresas, financiamento de infraestrutura e outras iniciativas.

Os recursos desses fundos provêm, via de regra, de receitas extraordinárias como elevados superávits na balança comercial, recursos de privatizações e royalties e participações especiais da extração de petróleo, gás natural e minerais.

Atualmente há seis Fundos Soberanos subnacionais em operação no Brasil: Fundo Soberano de Maricá, Fundo Soberano do Município de Ilhabela, Fundo Soberano de Niterói, Fundo Soberano do Espírito Santo, Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro e o Fundo Soberano de Saquarema. Outras iniciativas estão em dife-

rentes estágios, como é o caso de Conceição do Mato Dentro, Itabira e Congonhas. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais também deram os primeiros passos para a criação de seus fundos.

### **Os Fundos Soberanos e o desenvolvimento regional**

Para facilitar o entendimento sobre como os Fundos Soberanos subnacionais podem ajudar a alavancar o desenvolvimento regional, é importante observar a existência de uma relevante diferença entre eles. Os fundos soberanos de cunho financeiro, como exposto na seção anterior, têm como propósito a formação de poupança pública para ser utilizada pelas próximas gerações, dada a finitude dos recursos que deram origem ao fundo. Esses fundos recebem recursos e aplicam esses recursos em fundos exclusivos. Nesse caso não há impacto direto e imediato no desenvolvimento regional, ainda que seja criada a sensação de segurança em função



## Os fundos soberanos de cunho financeiro têm como propósito a formação de poupança pública para ser utilizada pelas próximas gerações, dada a finitude dos recursos que deram origem ao fundo."

do volume de recursos que pode ser sacado em momentos de reveses econômicos ou catástrofes, a depender do objetivo do fundo.

Por outro lado, os Fundos Soberanos mistos, além de investirem parte dos recursos em ativos financeiros, alocam fatias consideráveis de recursos em iniciativas que permitem, quando feitas de forma adequada, alavancar o desenvolvimento regional de forma direta. O Fundo Soberano do Espírito Santo (FUNSES), por exemplo, tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico do Estado visando proteger a economia capixaba da natural volatilidade inerente às receitas do petróleo. Para isso o FUNSES, que é um fundo misto, aloca parte dos recursos em um Fundo de Investimentos em Participações (FIP) operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). O FIP realiza inves-

timentos em empresas de diversos segmentos, portes e graus de maturidade, que tenham sede fiscal no estado do Espírito Santo. Além disso, o FUNSES aloca parte dos recursos em fundos de investimentos estruturados, ações de sociedades empresariais e debêntures. A estratégia de investimentos está alinhada com os propósitos de promoção de desenvolvimento regional.

Outro caso de destaque é o Fundo Soberano de Maricá, que também é um fundo misto e utiliza parte dos recursos para garantir o pagamento do seu Programa de Renda Básica da Cidadania, conhecido como Cartão Mumbuca, e da malha de linha de ônibus com tarifa zero. Além disso, os recursos do fundo funcionam como uma garantia para parcerias e investimentos no município, incluindo Parcerias Público Privadas (PPP).



Um ponto fundamental que serve como sustentação para a criação de fundos soberanos como ferramenta auxiliar para promover o desenvolvimento regional é a vulnerabilidade que inúmeros municípios têm em relação aos recursos do petróleo. Essa vulnerabilidade se explica por alguns fatores.

É consenso que a sociedade precisa reavaliar a utilização de combustíveis fósseis, que impactam fortemente o meio ambiente. Chegará o momento em que grupos econômicos exercerão pressão em relação à utilização desses combustíveis, o que afetará o processo decisório de investimentos. Além disso, o recebimento dos royalties depende do volume de petróleo extraído. Ainda que a cotação da commodity e a taxa de câmbio estejam em patamares favoráveis, quando o volume produzido diminui, o volume de recursos arrecadados também diminui.

Em casos específicos como o Estado do Rio de Janeiro, o aumento do fluxo de recursos do petróleo provoca uma distorção, tendo em vista que o incremento da arrecadação deveria ocorrer, preferencialmente, através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que apresenta maior previsibilidade, quando comparado às receitas de royalties e participações especiais.

O grau de vulnerabilidade dos entes receptores de RPE pode variar em função da relação entre esses royalties e outras métricas, como o volume de recebimento de ICMS, por exemplo, mas o fato é que as regiões (estados ou municípios) que dispõem de recursos extraordinários podem, e devem, avaliar com seriedade a constituição de um fundo soberano para atenuar a vulnerabilidade e auxiliar no desenvolvimento local.

Importante lembrar que a vulnerabilidade não é algo exclusivo de estados e municípios que recebem recursos do petróleo. Quando analisamos os municípios receptores de recursos da mineração, a situação não é diferente. O caso de Itabira é emblemático. A previsão da extinção das reservas de minério, que ocorrerá em cerca de 17 anos, fez com que o município mineiro tomasse a iniciativa de constituir um fundo soberano. A diversificação da atividade econômica para diminuir a vulnerabilidade e dependência é fundamental para a sobrevivência do município no longo prazo.

É fato que a posse de um fundo soberano de riqueza por si só não garante avanços automáticos para nenhum município, estado ou país detentor. Entesourar os recursos *ad aeternum* sem um propósito claro não parece ser o caminho mais adequado para a promoção do desenvolvimento regional. Em um determinado momento a população, que é proprietária dos recursos, começará a questionar os propósitos do fundo soberano e exercerá pressão sobre o executivo e o legislativo para que ações concretas sejam realizadas: a utilização dos recursos com propósitos claros que beneficiem a população ou a extinção do fundo soberano. Como forma de atenuar esses riscos, adotar uma visão de longo prazo conjugada com a elaboração de planejamento estratégico e de estudos de viabilidade para os projetos a serem implementados é fundamental.

Ainda no propósito de auxiliar no desenvolvimento regional, os fundos soberanos precisam adotar práticas de governança e transparência reconhecidas e praticadas pelos fundos soberanos de maior destaque em nível global. O Instituto de Estudos de Fundos Soberanos desenvolveu o "Ranking Global de Fundos Soberanos 2025", que analisa a estrutura de governança e transparência em todos os fundos soberanos do mundo. A análise é feita a partir da Matriz de Avaliação de Fundos Soberanos (MAFS), inédita ferramenta que identifica 20 pontos fundamentais em todos os fundos, independentemente de serem nacionais ou subnacionais.

Considerando que as pessoas, de uma forma geral, acreditam que recursos públicos são necessariamente mal geridos, é fundamental que haja elementos técnicos que mostrem em que patamar de governança e transparência determinado fundo se encontra e que seja possível comparar o fundo soberano do seu município com os demais fundos, tanto nacionais quanto internacionais. O Ranking Global de Fundos Soberanos faz esse papel.

Por sua própria natureza, Fundos Soberanos de Riqueza operam como instrumentos auxiliares ao desenvolvimento regional. Além disso eles podem operar como indutores de investimento privado em maior ou menor grau, considerada a estrutura econômica e produtiva do município. Quando constituídos e operados

de forma adequada, esses fundos não têm razão para entrar em conflito com outras iniciativas e setores da economia local. É justamente o oposto. Os fundos podem e devem ser operados tendo a iniciativa privada como parceira, desde que observados os princípios de governança e de transparência. Para nos atermos apenas a um exemplo, um município que tenha o setor de turismo como grande fonte de receitas poderia usar recursos do fundo soberano para melhorar a estrutura do seu aeroporto para facilitar o deslocamento de turistas, ou ainda alavancar o desenvolvimento de setores correlatos como o comércio, serviços, alimentação e hospedagem. Outra alternativa seria desenvolver os setores onde houvesse correlação negativa entre o setor de destaque em receitas, de forma a atenuar a vulnerabilidade, como é o caso do já citado município de Itabira.

## Conclusão

Independentemente da orientação política e ideológica, inúmeros casos nacionais e internacionais mostram que a adoção de um fundo soberano como ferramenta auxiliar para promover e incrementar o desenvolvimento econômico

é benéfica para toda a sociedade. As empresas podem se beneficiar ao operar obras de infraestrutura financiadas com os recursos do fundo. A população do município se beneficia através da geração de maior volume de emprego e renda. Os entes governamentais se beneficiam através do aumento da arrecadação.

O grau de benefícios está intimamente ligado à adoção de elevados padrões de governança e transparência e à elaboração de planejamento robusto, tendo sempre o longo prazo como horizonte.

Para os entes que têm dependência ou vulnerabilidade em relação a receitas finitas, como é o caso de vários municípios que recebem grandes volumes de Royalties e Participações Especiais originados pela extração de petróleo e os municípios mineradores, poder contar com um Fundo Soberano de Riqueza como instrumento auxiliar se mostra uma iniciativa imprescindível.

A soma de várias iniciativas de fundação de novos fundos soberanos, em conjunto com as iniciativas que já estão em curso, pode contribuir de forma decisiva para que o Brasil promova o desenvolvimento econômico e social de forma mais equitativa.



## Eduardo Bassin

Mestre em Economia pela UFRRJ e MBA em Economia Empresarial pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Diretor e pesquisador do Instituto de Estudos de Fundos Soberanos. É economista na Bassin Consultoria. Além disso, é criador do Modelo de Avaliação de Fundos Soberanos (MAFS) e do Ranking Nacional de Fundos Soberanos.



**ECONOMISTAS**

**Episódio #123**

# Qual é a região que mais recebe recursos do desenvolvimento regional?

Estudo de pesquisador do IPEA analisou  
quatro instrumentos de desenvolvimento  
regional de 2010 a 2021



**Ouçá agora!**  
Aponte a câmera do seu  
celular para o código QR!



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**CORECON**  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

memórias e futuro da  
economia brasileira.

# Por uma nova revolução científica na economia

POR HAROLDO DA SILVA

## A seleção do tema na ciência das escolhas

Um dos grandes desafios dos cientistas é o de delimitar o objeto de estudo. Para os economistas não é diferente. Se há alguma vantagem para esses profissionais é o fato de que, desde a primeira aula na graduação, aprende-se que as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são escassos: portanto, priorizar é fundamental. Escolher um tema, diante de um macrotema tão complexo quanto amplo, como o que foi debatido no 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), é algo definitivamente difícil. No entanto, se se tiver em mente a perspectiva de tratar de um assunto relevante e que, ao mesmo tempo, possa espreiar externalidades positivas em larga escala, a missão torna-se possível. Neste sentido, é fundamental recapitular: “Em outras palavras: apenas as ideias de valor que dominam o investigador em uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites deste estudo” (WEBER, 2019, p. 245). Por isto, o assunto central a seguir será a *produtividade*, por ser uma ideia de valor, com qualquer conotação que se queira dar ao termo.

Imperativo se faz, antes de tudo, chamar a atenção da proposta subjacente: uma nova revolução científica na Economia Política, atual-

mente simplesmente designada como Economia. Nas ciências naturais, é possível replicar experimentos e testá-los exaustivamente. Sorte dos físicos. No caso da ciência designada aos economistas, isso seria impossível, sobretudo por conta das implicações morais e éticas. Como seria isolar uma parcela da população e submetê-la, deliberadamente, a condições estruturais distintas e intencionalmente mais restritivas, por um determinado período, apenas para averiguar e “comprovar”, estatisticamente, quais as consequências de certa exceção econômica? Quais os limites da ciência econômica, neste sentido? É bem verdade que isto já ocorreu no passado, nem tão distante assim, quer seja em relação ao tempo ou mesmo no que se refere à geografia. O Chile foi submetido, entre 1973 e 1990, no governo Augusto Pinochet, à “Doutrina do Choque”.<sup>1</sup>

Não deixa de ser paradoxal o fato de que “libertários” tenham deixado as garantias fundamentais, as liberdades individuais e os direitos políticos, elementos expoentes da Democracia, de lado, a serviço da experiência econômica, de repercussões trágicas. Estima-se que mortos e desaparecidos tenham sido mais de 3 mil, enquanto os torturados e presos políticos chegaram a 28





**Conforme mensurou o IBGE, diante dos dados das Contas Regionais do Brasil, o Valor Adicionado Bruto Industrial por Região no Sudeste é 55%, o maior dentre as demais regiões, especialmente por conta das indústrias de automóveis e as farmacêuticas, em São Paulo, e a petroquímica, no Rio de Janeiro."**

mil. Como é possível notar, cabe ao economista, por meio do seu objeto de estudo e da ação política, compreender que a sua responsabilidade é enorme e que determinados princípios devem ser inegociáveis, como é o caso de experiências que possam fragilizar Democracia e as suas instituições sociais. Hoje, mais do que nunca, sabe-se a importância destas para a prosperidade econômica das nações<sup>2</sup>.

### **A produtividade: aspectos relevantes**

Observadas as questões propedêuticas, cumpre apresentar ao prestigioso leitor a razão de se ter optado por falar da *produtividade*. Poder-se-ia recorrer à celebre frase do Nobel Paul Krugman: "A produtividade não é tudo na economia, mas a longo prazo é quase tudo!" Porém, o desafio de ampliar a produtividade está presente também em países desenvolvidos. Na edição de 9 de junho de 2022, a *The Economist* tratou do tema, destacando que: "No longo prazo, o crescimento da produtividade, ou a capacidade de produzir mais com menos, é tudo que realmente importa para o aumento dos padrões de vida."<sup>3</sup>. A produtividade é relevante globalmente; para o Brasil, é ainda mais, sobretudo pelas assimetrias regionais, como debatido no último SINCE, em Balneário Camboriú-SC.

Conforme mensurou o IBGE, diante dos dados das Contas Regionais do Brasil<sup>4</sup>, o Valor Adicionado Bruto Industrial por Região no Sudeste é 55%, o maior dentre as demais regiões, especialmente por conta das indústrias de automóveis e farmacêuticas, em São Paulo, e da petroquímica, no Rio de Janeiro. A produtividade média por trabalhador chegou a R\$ 120 mil, no Sudeste, em comparação aos R\$ 50 mil, no Norte, aos R\$ 60 mil no Nordeste, aos R\$ 80 mil no Centro-Oeste e aos R\$ 90 mil no Sul. Esta é só uma das inúmeras faces das desigualdades brasileiras. A relativa envolvida, neste e em outros temas, é sempre proeminente, mesmo quando não deveria ser (ARIELY, 2008). Ser a região Sudeste a mais produtiva em um País que tem apenas uma fração da produtividade americana é realmente um destaque? Talvez. A comparação deveria ser mais ambiciosa. Todavia, o fato é que o Sudeste tem uma maior participação da indústria na geração de riqueza, o que faz dela a mais dinâmica e corrobora a tese de que a reindustrialização, por meio das políticas industriais pode auxiliar no processo de melhoria da produtividade total dos fatores.

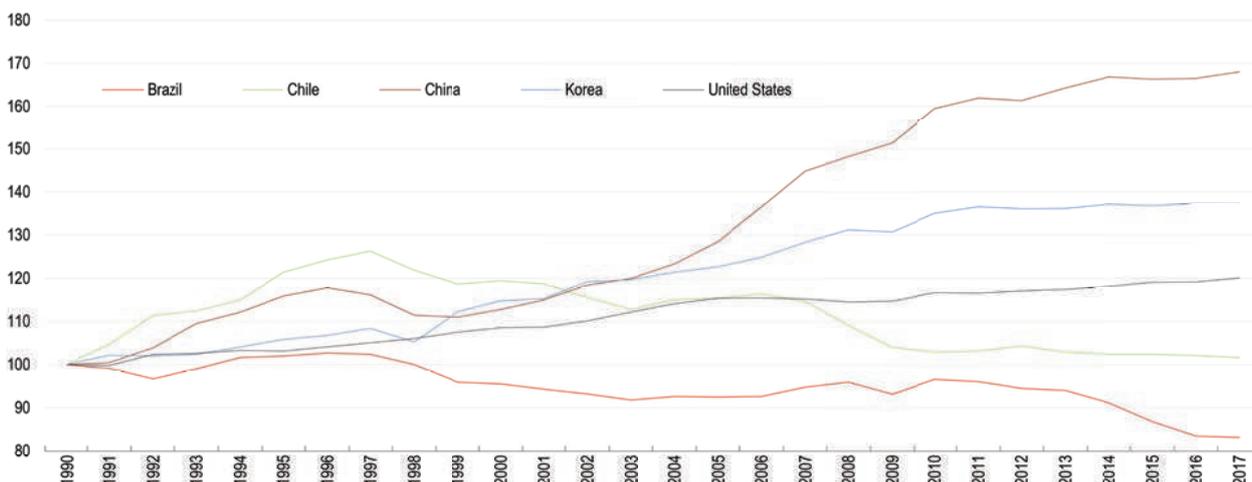
Independentemente das questões regionais, o foco é abordar as externalidades positivas possíveis, quando se eleva a produtividade ao posto de prioridade. O Brasil tem enormes desafios que poderiam – e deveriam – ser priorizados. Contudo, convida-se o leitor a assumir a hipótese de que haja uma concertação nacional em prol do aumento da produtividade. Mas, por quê? Porque, ao endereçar o avanço de produtividade, a sociedade brasileira – agentes econômicos pú-

blicos e privados – teria que investir mais recursos em: 1) tecnologia; 2) capital produtivo; 3) recursos humanos; 4) organização e gestão; 5) condições de trabalho; 6) políticas governamentais e regulatórias assertivas; 7) fatores econômicos e de mercado; 8) inovação; e 9) fatores ambientais.

Somente com maior produtividade será possível pagar melhores salários aos trabalhadores brasileiros, elevando o padrão de vida e de consumo desta classe, sem inviabilizar os recursos empregados em investimentos produtivos, provenientes das margens de lucros, sem que isto seja capaz de pressionar a taxa de inflação, pela elevação da demanda e do custo do fator trabalho. Elevar a produtividade brasileira não será tarefa simples, mas está longe de ser impossível. Os exemplos internacionais demonstram que escolhas corretas podem levar a este destino.

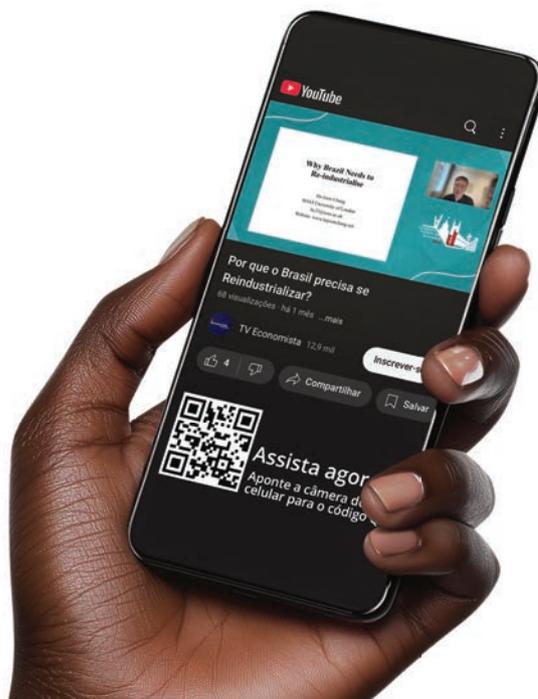
No Congresso Paulista de Economia deste ano, o economista Ha-Joon Chang mostrou a importância da produtividade e da reindustrialização para o progresso do padrão de desenvolvimento econômico, com inclusão social. Dentre outros aspectos, evidenciou a involução brasileira, desde 1990. Como dito: a produtividade é uma medida relativa. Isto é, não basta avançar, há que se progredir mais rápido do que outras nações, sobretudo quando se está em desvantagem. É o que fez a Coreia do Sul, conforme revela o Gráfico 1. Todos os países selecionados, conseguiram ampliar a sua produtividade no período analisado; o Brasil, na contramão, é a lamentável exceção.

**Gráfico - 1 - Produtividade: Brasil e países selecionados**



Fonte: Penn World Table in CHANG, Ha-joon (2024)

**Confira a palestra do economista Ha-Joon Chang, No Congresso Paulista de Economia deste ano**





**Parte dos “intelectuais orgânicos” do *mainstream* usa, recorrentemente, de explicações denominadas por eles como técnicas e neutras, para sustentar decisões que são, no limite, políticas. Se não fosse isto, como justificar as atuais taxas de juros reais da economia brasileira [~7,4% a.a.], que inviabilizam os investimentos produtivos e, em decorrência, pioram a produtividade?”**

O caminho da Coreia é conhecido: investimentos consistentes e contínuos: a) na educação; b) na pesquisa e desenvolvimento; e c) na indústria de transformação. A priorização em P&D despontou como elemento dinamizador para aquele país. Com dados de 2019, a taxa de investimento em P&D, em relação ao PIB, no “tigre asiático”, foi de 4,6% (nos Estados Unidos, 3,5%; na China, 2,2%; enquanto no Brasil, 1,2%). Em decorrência disto, é possível estimar que a distância entre a produtividade do Brasil e a deste grupo de países aumentou, desafortunadamente.

### **Conclusão**

Ensinou Kuhn (2017) que se a história for vista como um repositório para além das cronologias, esta teria o poder de produzir uma transformação decisiva na imagem da ciência. Melhor ainda, se essa metamorfose resultar em uma revolução na ciência econômica que, no *mainstream*, está dominada por uma falsa pretensão do conhecimento elevada ao paroxismo, quase que esotérica. O exacerbado poder de “convencimento” que determinadas teorias econômicas têm, ainda que a realidade demonstre inequivocamente que estão erradas, é inquietante, para dizer o mínimo. Parte dos “intelectuais orgânicos” do *mainstream* usa, recorrentemente, de ex-

plicações denominadas por eles como *técnicas e neutras*, para sustentar decisões que são, no limite, políticas. Se não fosse isto, como justificar as atuais taxas de juros reais da economia brasileira [~7,4% a.a.], que inviabilizam os investimentos produtivos e, em decorrência, pioram a produtividade? A Rússia, que está em guerra há mais de 32 meses, tem a taxa de 9,05% a.a., em comparação.

No atual contexto global, abre-se uma janela de oportunidade singular para o Brasil fazer avançar a produtividade da sua economia. As evidentes mudanças climáticas colocaram o negacionismo em xeque. Não há mais tempo a perder no sentido de mitigá-las. A sustentabilidade ultrapassou as discussões acadêmicas e tornou-se assunto do cotidiano, exercitada, sobretudo pelas gerações desde os *millenials*. O Brasil pode desempenhar certo protagonismo diante desta *big picture*. Neste outubro, o País sediou as discussões do B-20, fórum que reuniu líderes empresariais das 20 maiores economias. No próximo ano, em novembro, em plena Amazônia, em Belém do Pará, o Brasil abrigará a COP30 (Conferência das Partes). Há que se aproveitar essa convergência de temas e avançar a partir da ótica do aumento da produtividade, que, metaforicamente, para o Brasil não é tudo, mas é 100%

---

## Notas

<sup>1</sup> KLIEN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

<sup>2</sup> THE NOBEL PRIZE - To Daron Acemoglu, Massachusetts Institute of Technology, Simon Johnson, Massachusetts Institute of Technology, and James A. Robinson, University of Chicago for studies of how institutions are formed and affect prosperity – Disponível online em: <https://www.nobelprize.org/uploads/2024/10/advanced-economicsciences-prize2024.pdf> - Acesso em 27 de outubro de 2024.

<sup>3</sup> THE ECONOMIST. Britain's productivity problem is long-standing and getting worse. London, Jun 9th, 2022. Disponível online em: <https://www.economist.com/britain/2022/06/09/britains-productivity-problem-is-long-standing-and-getting-worse> - Acesso em 27 de outubro de 2024.

<sup>4</sup> IBGE – SCR – Sistema de Contas Regionais – Rio de Janeiro, 2021 – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html> - Acesso em 27 de outubro de 2024.

## Referências Bibliográficas

ARIELY, Dan. Previsivelmente irracional: as forças ocultas que formam as nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KLIEN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PENN WORLD TABLE in CHANG, Ha-joon. Why Brazil needs to re-industrialise. Palestra proferida no Congresso Paulista de Economia: São Paulo (2024). Disponível online em: <https://tinyurl.com/34suhsss>

THE NOBEL PRIZE - To Daron Acemoglu, MIT, Simon Johnson, MIT, and James A. Robinson, University of Chicago for studies of how institutions are formed and affect prosperity – Disponível online em: <https://tinyurl.com/mubvvzd5>

WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. 5ª Edição. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2019.



## Haroldo da Silva

Graduado em Economia e Direito, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é conselheiro regional do Corecon-SP, além de consultor convidado da MacroSector e consultor do Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo.

# Desigualdade de acesso aos serviços de saneamento básico na região Norte do Brasil:

*cenários do presente e desafios para o futuro*

POR FRANCISCO DIÉTIMA BEZERRA, ARIANA CERICATTO  
E ANA CLÁUDIA GARCIA



Foto: Arquivo Agência Brasil

O saneamento básico é definido como o “conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas” (Brasil, 2007, 2020). A oferta adequada desses serviços é essencial para a saúde da população e alcance da sustentabilidade ambiental, sendo reconhecido como um direito humano pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2010 (ONU, 2023; Pimentel; Miterhof, 2021; Fuchs, 2022).

Em 2015, durante a Assembleia das Nações Unidas, o saneamento básico ganhou um espaço privilegiado na Agenda 2030, ação global criada pela ONU, juntamente com 193 estados-membros, incluindo o Brasil, com o intuito de promover ações integradas para se alcançar o desenvolvimento econômico, social e ambiental das nações.



Na ocasião, foram estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo alguns deles intrinsecamente relacionados ao saneamento básico: ODS nº 6 -- garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e saneamento para todos; ODS nº 2 – erradicação da pobreza; ODS nº 3 – redução da mortalidade e da incidência de doenças; e ODS nº 14 e ODS nº 15 – preservação dos recursos hídricos. Os países signatários se comprometeram a empreender esforços para garantir a oferta e a gestão eficiente dos serviços de saneamento básico (ONU, 2023).

O compromisso assumido pelo Brasil teria como base a Lei 11.445, em vigor desde 5 de janeiro de 2007, atualizada e ratificada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que estabelece diretrizes nacionais para se garantir a oferta dos serviços de saneamento básico em condições adequadas. Dentre tantas outras diretrizes, o novo marco legal do saneamento destaca a necessidade de ampliação dos investimentos para assegurar a “universalização do acesso e efetiva prestação do serviço, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente” até 2033 (Brasil, 2007, 2020).

O País ainda enfrenta desafios importantes quanto à universalização dos serviços de saneamento básico, sobretudo no que diz respeito ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água por rede geral, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022. Em termos regionais, as regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam os menores percentuais de domicílios e moradores com acesso adequado aos serviços de saneamento básico (Tabela 1).

No caso específico da região Norte, para se ter uma ideia da magnitude da problemática, nota-se que apenas 48,6% e 46,3% dos domicílios e moradores, nessa ordem, têm acesso ao esgotamento sanitário adequado, percentuais inferiores à média nacional. O *déficit* em relação ao abastecimento de água por rede geral também é evidente, com pouco mais de 55% dos domicílios e residentes dessa região atendidos

por esses serviços. A coleta de lixo por serviço de limpeza é acessada por cerca de 78,5% e 80,5% dos moradores e domicílios, respectivamente, ligeiramente superior aos demais indicadores, mas ainda aquém do ideal para uma região com centralidade na questão ambiental (Tabela 1).

**Tabela 1 – Percentual de domicílios e moradores com serviços adequados de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, Brasil e grandes regiões - 2022**

Região Geográfica	Esgotamento por rede geral, pluvial ou fossa séptica	Abastecimento de água por rede geral	Coleta direta/indireta do lixo por serviço de limpeza
<i>Domicílios</i>			
Brasil	77,4	83,9	91,7
<b>Norte</b>	<b>48,6</b>	<b>56,4</b>	<b>80,5</b>
Nordeste	59,5	77,0	83,3
Sudeste	91,1	91,2	97,0
Sul	84,3	86,9	95,4
Centro-Oeste	73,9	85,7	93,2
<i>Moradores</i>			
Brasil	75,7	86,6	90,9
<b>Norte</b>	<b>46,3</b>	<b>62,3</b>	<b>78,5</b>
Nordeste	58,1	81,7	82,4
Sudeste	90,7	92,9	96,9
Sul	83,9	90,4	95,3
Centro-Oeste	73,4	88,8	93,1

**Fonte: Censo Demográfico/IBGE (2022).**

A precariedade dos indicadores de saneamento da região Norte torna-se ainda mais evidente quando os dados são desagregados para as áreas rurais. Embora o Censo Demográfico de 2022 ainda não permita a análise dos serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta do lixo) pela situação do domicílio (urbano e rural), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite realizar essa análise. Por essa razão, apresentamos, a seguir, o comportamento dos indicadores com base nessa fonte de dados.

Nota-se que, em 2022, nas áreas urbanas do norte brasileiro aproximadamente 98% dos domicílios e moradores tinham acesso à coleta direta ou indireta do lixo por serviço de limpeza. No entanto, nas áreas rurais esse percentual era praticamente um quinto menor, cerca de 20%. As disparidades em relação ao esgotamento sanitário e abastecimento de água por rede geral também são perceptíveis entre os domicílios e moradores das áreas rurais (Tabela 2).

Mesmo com a pior cobertura nacional dos serviços de saneamento, a região Norte do Brasil recebeu, em 2021, os menores investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário do País: 8,7% (R\$ 530,7 milhões) e 2,8% (R\$ 167,7 milhões) do total, respectivamente (Brasil, 2021), conforme estimativas da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Nahas (2019) demonstra que a vulnerabilidade das condições domiciliares implica no surgimento de diversas doenças infecto-parasitárias. Com efeito, a Fundação Nacional da Saúde (Funasa, 2010) destaca que “diarreia, febres entéricas, hepatite A, dengue, febre amarela, leishmanioses, filariose linfática, malária, doença de chagas, esquistossomose, leptospirose, doenças

**Tabela 2 - Percentual de domicílios e moradores com serviços adequados de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, segundo a situação do domicílio, Região Norte**

Região Geográfica	Urbano	Rural
<i>Domicílios</i>		
Esgotamento por rede geral, pluvial ou fossa séptica	72,2	32,7
Abastecimento de água por rede geral	70,0	20,5
Coleta direta/indireta do lixo por serviço de limpeza	98,0	20,2
<i>Moradores</i>		
Esgotamento por rede geral, pluvial ou fossa séptica	71,3	30,3
Abastecimento de água por rede geral	69,9	19,9
Coleta direta/indireta do lixo por serviço de limpeza	97,9	19,1

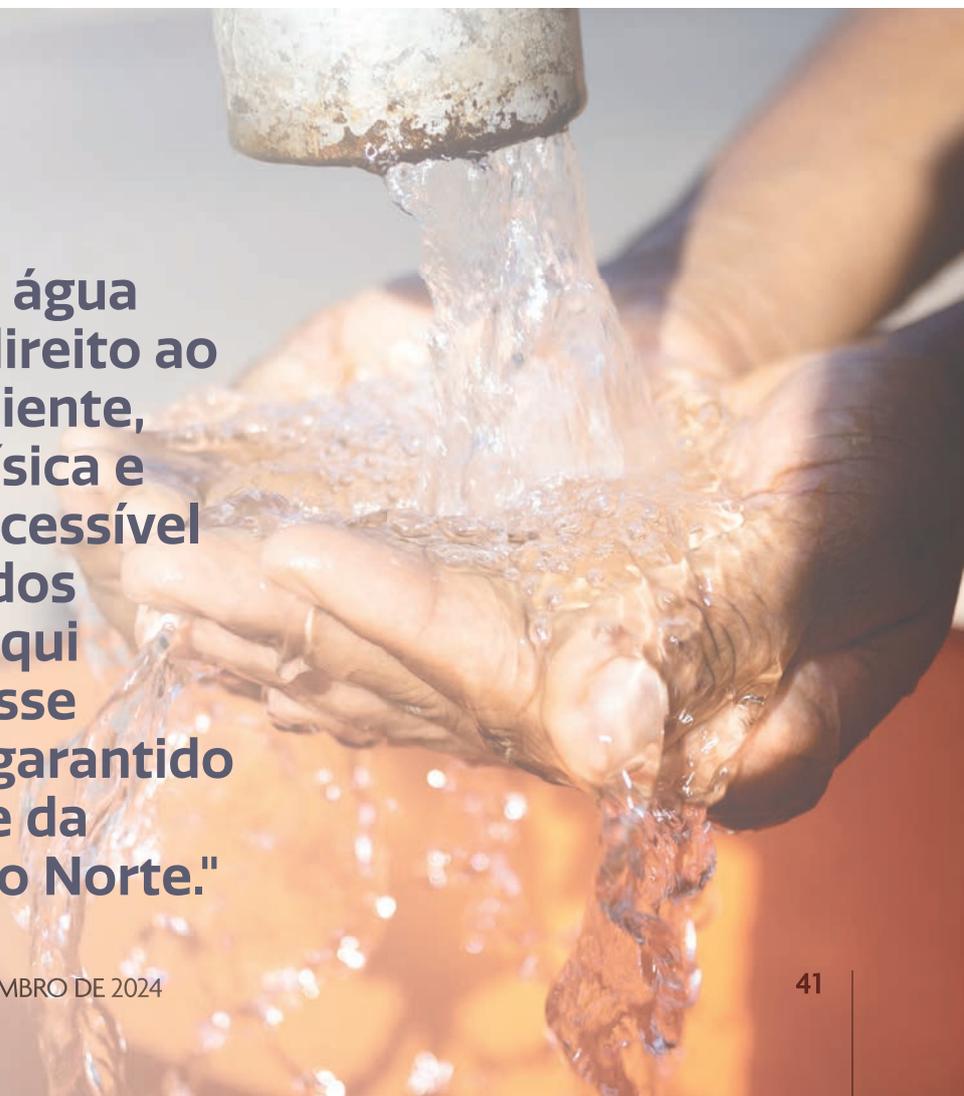
**Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2022).**

dos olhos, tracoma, conjuntivites, doenças da pele, micoses superficiais, helmintíases, teníases” (p. 65) são doenças relacionadas aos serviços inadequados do saneamento básico.

Destarte, resolver a incidência dessas doenças e assegurar o desenvolvimento socioeconômico dessa importante região é, antes de tudo, garantir a oferta e acesso a serviços adequados de saneamento básico, de modo a proporcionar dignidade à população. Segundo Pimentel e Miterhof



**O direito humano à água confere a todos o direito ao acesso à água suficiente, segura, aceitável, física e economicamente acessível [...]”. Todavia, os dados apresentados até aqui demonstram que esse direito está sendo garantido apenas a uma parte da população da região Norte.”**



(2021), a oferta adequada dos serviços do saneamento básico gera externalidades positivas e/ou benefícios “à saúde, ao meio ambiente, à produtividade do trabalho, à educação infantil, ao turismo etc., agindo diretamente na diminuição das desigualdades sociais” (p.11).

Nos estados da região Norte, a PNADC (2022) evidencia que, nas áreas urbanas, o Amapá apresenta a menor cobertura de esgotamento sanitário e abastecimento de água adequados. Já nas áreas rurais, os estados do Amazonas, Acre e Rondônia são os mais precários em todos os serviços, com destaque para o abastecimento de água por rede geral (Tabela 3).

**Tabela 3 - Percentual de domicílios e moradores com serviços adequados de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, segundo a situação do domicílio e estados da Região Norte**

Região Geográfica	Esgotamento por rede geral, pluvial ou fossa séptica	Abastecimento de água por rede geral	Coleta direta/indireta do lixo por serviço de limpeza
<i>Urbano</i>			
Rondônia	72,6	60,6	98,4
Acre	82,6	72,5	98,6
Amazonas	70,5	84,5	97,9
Roraima	94,8	97,4	99,3
Pará	72,4	57,8	97,2
Amapá	53,4	54,6	98,5
Tocantins	62,6	96,0	99,3
<i>Rural</i>			
Rondônia	40,1	1,6	7,9
Acre	31,1	3,9	22,6
Amazonas	9,5	11,4	7,4
Roraima	69,8	25,8	27,2
Pará	31,4	27,3	22,7
Amapá	34,3	11,1	49,4
Tocantins	39,3	17,0	15,8

**Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2022).**

Segundo Nahas et al. (2019, p. 03), “o direito humano a água confere a todos o direito ao acesso à água suficiente, segura, aceitável, física e economicamente acessível [...]”. Todavia, os dados apresentados até aqui demonstram que esse direito está sendo garantido apenas a uma parte da população da região Norte, evidenciando que a universalização, prevista no marco legal do saneamento, está longe de ser alcançada.

Do ponto de vista do esgotamento sanitário e da coleta de lixo, as informações deste trabalho indicam que a população rural da região Norte

pode estar adotando práticas “inadequadas” para o descarte dos resíduos, como queimar, enterrar e depositar em terrenos baldios e/ou corpos hídricos. Com efeito, a PNADC (2022) revela que, nas áreas rurais do Norte, 70% dos domicílios queimam o lixo na propriedade e 67,3% utilizam fossa rudimentar, vala, rio ou lago para destinar o esgoto sanitário. Essa, assim como toda a Amazônia, é uma região estratégica para o alcance do desenvolvimento sustentável, mas sua pujança contrasta com condições habitacionais precárias e vulneráveis, como a

falta de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Com base nas informações apresentadas, conclui-se que a universalização é, sem dúvida, o grande desafio a ser enfrentado pela região Norte até 2033, ano previsto para o cumprimento da meta estabelecida pelo marco legal do saneamento.

Primeiramente, a região apresenta indicadores de saneamento básico significativamente atrasados, exigindo esforços substanciais e coordenados entre os diferentes níveis de governo, bem como políticas públicas integradas.

Nesse sentido, a ampliação dos investimentos em múltiplas áreas, que, até então, têm sido baixíssimos quando comparados às demais regiões brasileiras, é um dos primeiros entraves a serem superados. Em segundo lugar, a região apresenta dimensões territoriais continentais – sua área territorial abrange 45% do território nacional – o que se reflete na conformação de diferentes dinâmicas e estágios de desenvolvimento, tornando a meta de universalização dos serviços de saneamento ainda mais desafiadora.

---

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm). Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art7](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm#art7). Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 20 de agost. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Impactos na saúde e no sistema único de saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/19897-sintese-de-indicadorespnad2.html?=&t=microdados>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021. Brasília-DF: SNS/MDR, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/PANORAMA\\_DO\\_SANEAMENTO\\_BASICO\\_NO\\_BRASIL\\_SNIS\\_2021compactado.pdf](https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021compactado.pdf). Acesso: 20 de agost. 2024.

BRASIL. Painel de Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico no Brasil. Disponível em: <http://appsfnis.mdr.gov.br/regionalizacao/web/mapa/index?id=22>. Acesso em: 20 de agost. 2024.

FUCHS, A. G. P. et al. Saneamento na América Latina: panorama da trajetória institucional e do nível dos serviços de água e esgoto na Bolívia, no Chile, México e no Peru. Revista BNDES, v. 28, n. 55, p. 7-66, mar. 2022.

NAHAS, M. I. P. et al. Desigualdade e discriminação no acesso à água e ao esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 4, 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em: 29 jan. 2023.

PIMENTEL, L. B; MITERHOF, M. T. O financiamento dos serviços de água e esgoto: análise do passado recente (2016-2019) e desafios da diversificação de fontes para chegar à universalização. BNDES Setorial, v. 27, n. 53, mar. 2021.



## **Francisco Diétima da Silva Bezerra**

Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. É professor do Instituto Federal do Acre. Desenvolve pesquisas nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento, com enfoque prioritário em temas relacionados ao mercado de trabalho e economia rural.



## **Ariana Cericatto da Silva**

Pós-doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste. Doutora em Economia pela UFU. Atua como professora na Unioeste e na União Educacional do Médio Oeste Paranaense. Desenvolve pesquisas nas áreas de Economia Industrial e Inovação, Economia Agrícola e Desenvolvimento Regional. Suas principais áreas de interesse são: mudança estrutural, estudos setoriais, heterogeneidade estrutural e especialização produtiva.



## **Ana Cláudia de Souza Garcia**

Mestre e Doutora em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal do Acre. Desenvolve pesquisas na área dos gêneros do discurso, em especial, o gênero notícia.

## *Perspectiva regional sobre a* **economia do Nordeste**

POR LAURO CHAVES NETO

*Este artigo é uma síntese da palestra apresentada em Balneário Camboriú – Santa Catarina, durante o SINCE 2024.*

A região Nordeste representa 18% do território e 28% da população brasileira, contempla nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). De acordo a pesquisa de Estimativa da População do IBGE, em torno de 57 milhões de pessoas residiam no Nordeste em 2020, distribuídas em 1.794 municípios.

O Nordeste possui uma área, com 1.554.388 km<sup>2</sup>. Em comparação com as outras regiões, possui o terceiro maior território e a maior costa litorânea, com 3.338 km de praias.

Já a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), principal financiador do desenvolvimento regional, engloba não só toda a região Nordeste, como também o norte do Estado de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo, o que totaliza 1.789.742 km<sup>2</sup>, ou 21% de todo o território nacional, englobando um total de 1.990 municípios.

De acordo com estimativas do IBGE, a população residente na área de atuação do BNB em 2011 foi de 57,1 milhões de pessoas, que correspondia a 29,7% da população brasileira. Desse total, 22,7 milhões (40%) em municípios do Semiárido. Com um recorte que foge aos limites estaduais, a região Semiárida corresponde ao espaço mais representativo dos problemas encontrados na jurisdição do Banco. Composto por 1.134 municípios e com uma área total de 979.876 km<sup>2</sup>, o Semiárido corresponde a cerca de 54,7% do território de atuação do BNB. O principal traço dessa região são as frequentes

secas, que geram, não raramente, problemas de falta d'água para consumo humano e produção agropecuária. A maioria dos municípios com piores Indicadores de Desenvolvimento Humano do Brasil encontra-se nessa região.

Abordar a perspectiva regional da economia nordestina pressupõe uma introdução conceitual que fundamenta o corte territorial em análise.

O fundamento do conceito de “desenvolvimento regional” é o de que ele ocorra em algum território intencionalmente delimitado, sendo, portanto, todo desenvolvimento “local”, em alguma escala. Assim, o “local” pode ser identificado como qualquer porção territorial delimitada a partir de elementos de identidade elegíveis no desenho do território. Esse artigo é ilustrado por mapas e dados que devem auxiliar a compreensão por parte do leitor.

É importante que o desenvolvimento regional e territorial sirva para determinar quais investimentos são adequados às vocações próprias de cada espaço, respeitando a legislação ambiental e promovendo a inclusão social das comunidades locais. Atrair investimentos sustentáveis significa construir para preservar e representa promover o desenvolvimento nativo sem degradar o ambiente.

O caráter endógeno do desenvolvimento regional e territorial pressupõe a articulação dos agentes econômicos em uma rede estruturada, com o objetivo de dinamizar a economia e facilitar o acesso aos mercados público e privado do território por suas próprias empresas e empreendedores.

Compreender o quanto o ambiente de negócios é propício para a inovação e o desenvolvimento empresarial e elaborar políticas para a sua

melhoria é fundamental para o desenvolvimento econômico. A articulação das redes de pequenos negócios no território é um dos fatores determinantes para impulsionar a geração de emprego e renda nas comunidades. A atuação das lideranças na articulação e mobilização dos atores, o fortalecimento do empreendedorismo e a coordenação de ações no nível territorial constituem-se em um eixo determinante para que os objetivos sejam alcançados.

Reter recursos do fluxo econômico no território provoca um efeito multiplicador na economia local. O entorno deve ser sempre propício à inovação e ao empreendedorismo que possuem um papel central no desenvolvimento, principalmente dos pequenos negócios.

É possível realizar um conjunto de inferências sobre a economia regional partindo da análise estrutural da economia do Nordeste nos anos de 2002 a 2020, período no qual há dados disponíveis do Sistema de Contas Regionais do IBGE.

O PIB nordestino, na média de 2002 a 2020, representou 13,6% do PIB brasileiro. Em 2003 sua participação chegou a ser de 12,8%, a menor da série histórica; em 2020 essa participação foi de 14,2%. A distribuição do PIB da região Nordeste, entre os seus nove estados, é bastante concentrada. O somatório do PIB de apenas três estados - Bahia, Pernambuco e Ceará - representa 62,8% do PIB da região.

O setor de serviços é o que apresenta maior participação no valor adicionado do Nordeste (72,4%), percentual semelhante ao do setor no Brasil (70,5%). Mas sua composição é diferente. No Nordeste, a participação da atividade de “administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social” foi de 24,8% do total do valor adicionado da região, enquanto no Brasil essa atividade representou 16,8% do valor adicionado total.

A atividade agropecuária teve maior participação no valor adicionado da região do que no valor adicionado do Brasil: enquanto no Brasil a agropecuária representou 5,4% do valor adicionado total, entre 2002 e 2020, no Nordeste esse percentual foi de 7,2%. Já o setor industrial teve menor participação no valor adicionado total da região Nordeste do que na economia nacional. A diferença de peso entre o Brasil e a região é explicada, principalmente, pela indústria de transformação.

Na comparação com as demais regiões do País, o PIB nordestino é o terceiro maior do Brasil, ficando atrás do Sudeste e do Sul. No entanto, no PIB per capita, a região Nordeste apresenta o menor nível do País. Todos os estados nordestinos figuraram entre os dez menores níveis de PIB per capita do País.

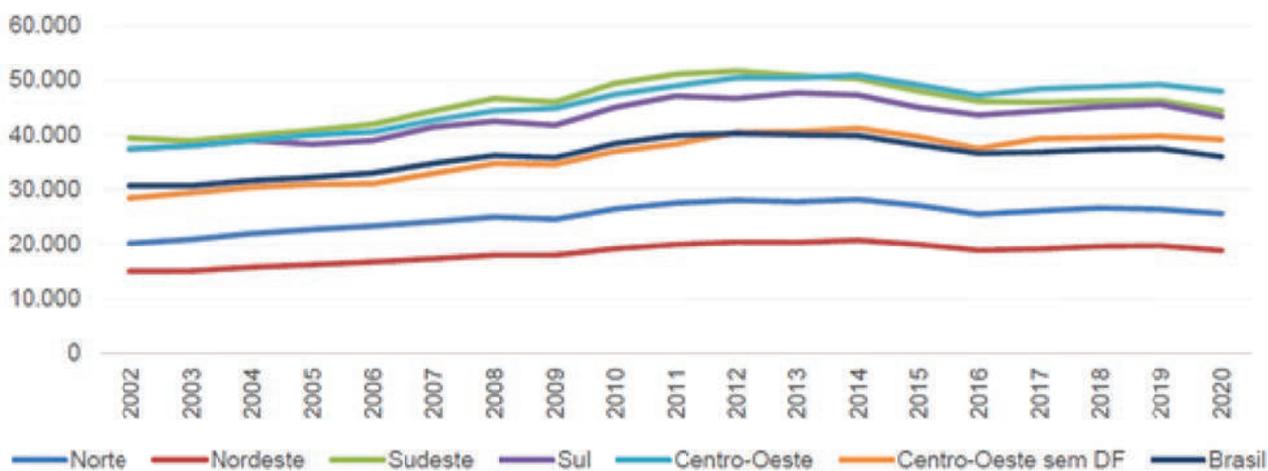
**Gráfico 01: Participação do PIB do Nordeste no PIB brasileiro (em %)**



**Fonte: IBGE Contas Nacionais, FGV – IBRE 2024**

A evolução da participação do Nordeste no PIB brasileiro, Gráfico 01, apresentou uma evolução de um patamar de aproximadamente 13% no início deste século para resultados um pouco acima dos 14%. Esse indicador, quando comparado à participação da região de 28% da população brasileira, evidencia um gap a ser combatido para a redução das desigualdades regionais.

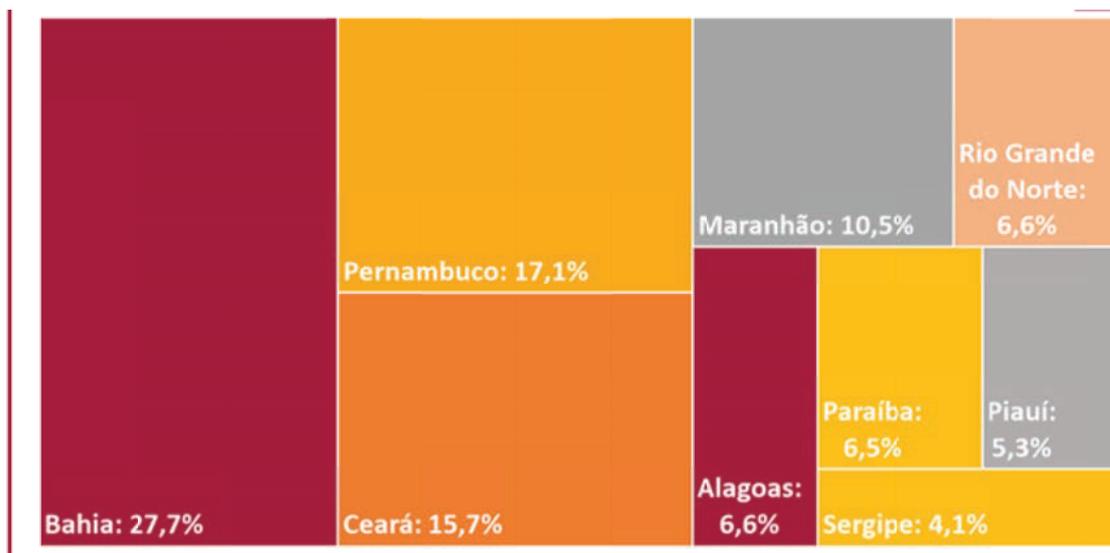
**Gráfico 02: PIB Per capita Nordeste x Brasil x demais regiões (2020)**



**Fonte: IBGE Contas Nacionais, FGV – IBRE 2024**

O Gráfico 02 compara a evolução do PIB per capita brasileiro com o de cada uma das suas regiões. O movimento de cada uma delas tem sido relativamente na mesma direção, sem alterar os graves desequilíbrios regionais, quando as regiões com menores indicadores deveriam ter um crescimento mais acelerado ao longo do tempo para alcançar o patamar médio nacional.

**Gráfico 03: Composição do PIB do Nordeste entre os Estados.**



**Fonte: ETENE 2024**

A economia regional é extremamente concentrada, como mostra o Gráfico 03, tendo a Bahia uma participação um pouco menor que um terço, Ceará e Pernambuco juntos um pouco maior que um terço, e o terço restante distribuído entre os demais estados. Essa concentração é prejudicial enquanto fator de atratividade na economia de aglomeração.

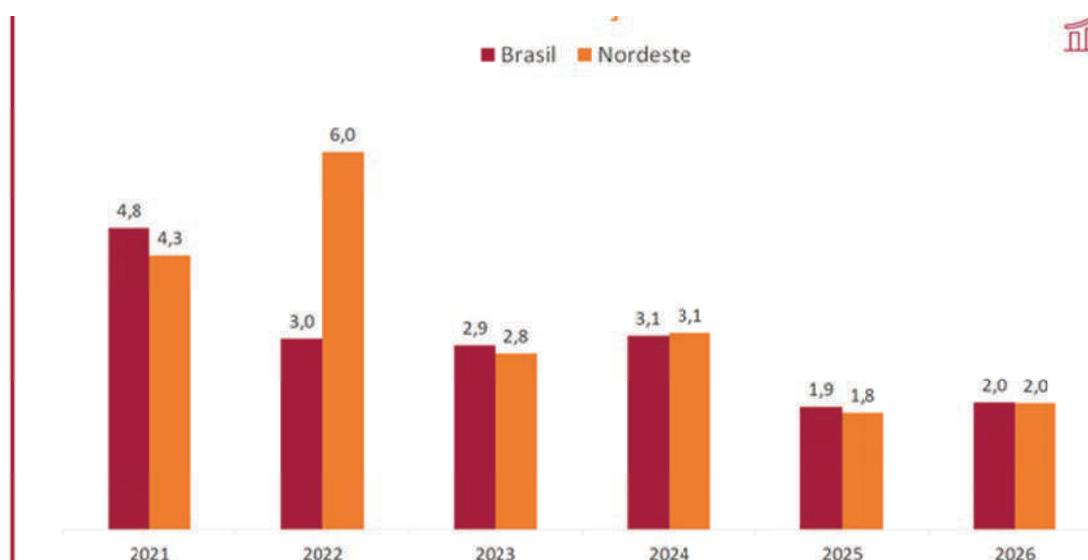
A economia nordestina possui grande relação com a sua geografia. O Semiárido corresponde a cerca de 54,7% do território de atuação do BNB, principal agente de crédito do desenvolvimento regional, onde o principal elemento característico são as frequentes secas, com problemas de falta d'água para consumo humano e produção.

Tanto o processo de colonização como a formação econômica da região provocaram uma concentração populacional majoritariamente nas regiões metropolitanas ao longo do litoral e em alguns polos, em número reduzido, no interior.

Erradicar a pobreza extrema é uma das principais prioridades para o desenvolvimento regional. Enquanto no Brasil 8,5% da população está nessa situação, no Nordeste 18,1% vive na pobreza extrema. O Estado do Maranhão, com 25,7%, lidera essa estatística, seguido por Piauí, com 21,3%, e Alagoas, com 20,3%.

Entre o realizado desde 2021 e as projeções até 2026, conforme Gráfico 04, o crescimento percentual do PIB da região Nordeste está aproximadamente alinhado com o nacional, exceto em 2022 quando cresceu o dobro.

**Gráfico 04: Crescimento % do PIB Nordeste x Brasil**



Fonte: ETENE – Produto Interno Bruto - Contas Nacionais e Regionais

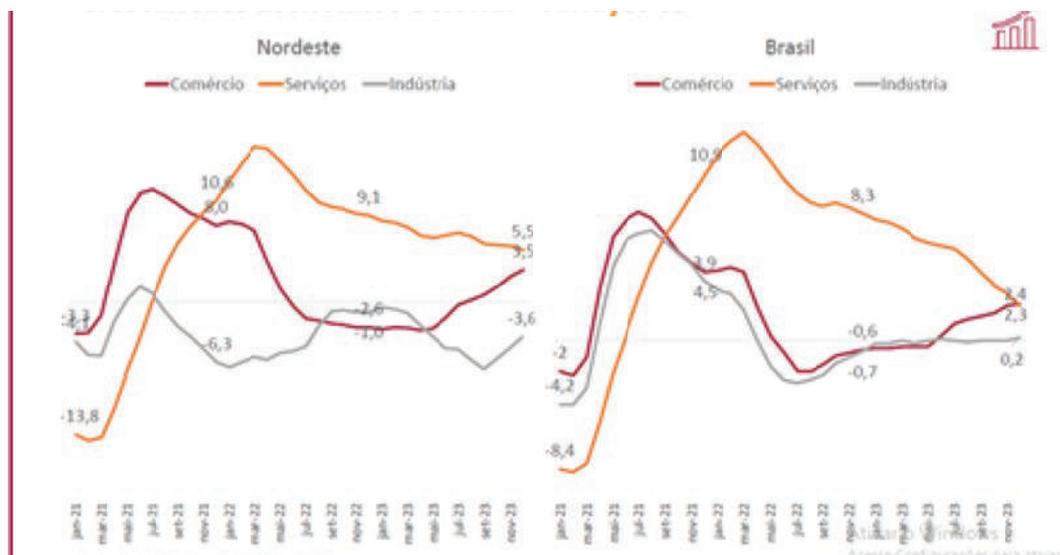


**Atrair investimentos sustentáveis significa construir para preservar e representa promover o desenvolvimento nativo sem degradar o ambiente."**

Tanto o PIB nominal como o per capita da região Nordeste apresentaram crescimento desde 2020 e continuam em evolução nas projeções até 2026. Porém para reduzir o gap existente em relação às regiões mais ricas, esse crescimento precisa ter uma taxa maior, ser mais acelerado.

A análise da taxa de crescimento setorial da região Nordeste, vis à vis com a nacional, apresenta um comportamento aproximadamente na mesma tendência, conforme Gráfico 05, exceto um crescimento mais forte da região no pós-pandemia em alguns setores.

**Gráfico 05: Crescimento Econômico Setorial Nordeste x Brasil**



**Fonte: ETENE – Produto Interno Bruto - Contas Nacionais e Regionais**

O Quadro 01 mostra o tamanho da desigualdade regional no aspecto econômico. Enquanto a região Nordeste possui 26,9% da população brasileira, participa com apenas 13,8% da economia nacional, um comportamento que se repete, em maior ou menor escala, em todos os estados.

**Quadro 01: População, PIB e PIB Per Capita Estados, Nordeste e Brasil**

**População, PIB (Em bilhões de R\$) e PIB per capita (R\$) - Nordeste e Brasil**

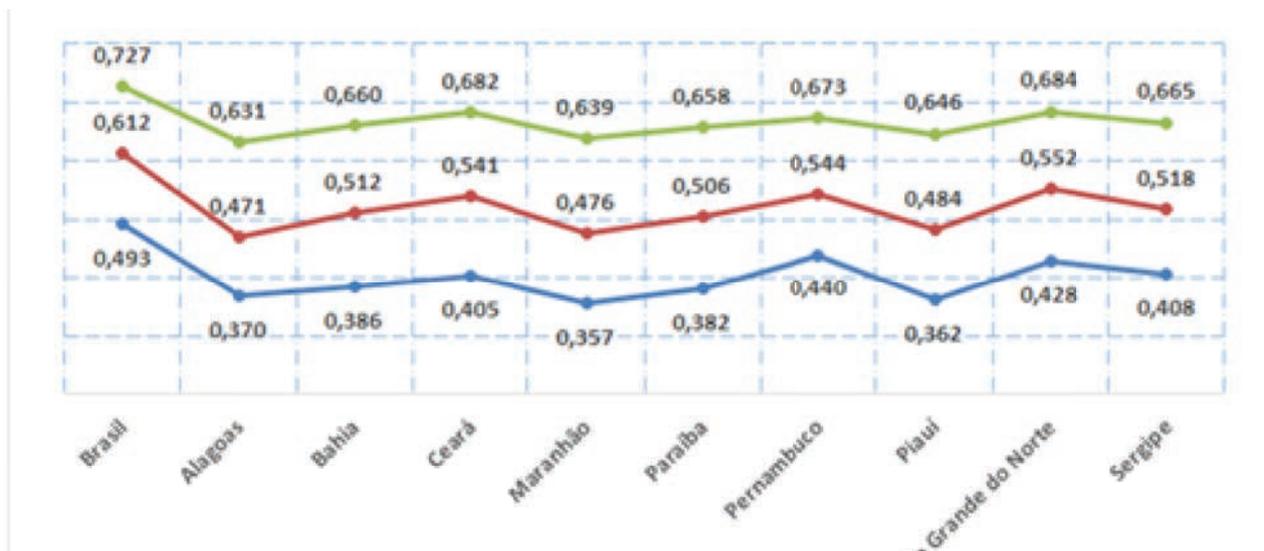
Localidade	População (2022)	PIB (em bilhões de R\$) (2021)	PIB per capita (R\$) (2021)
Bahia	14.141.626	352,62	23.530,94
Pernambuco	9.058.931	220,81	22.823,59
Ceará	8.794.957	194,88	21.090,10
Maranhão	6.776.699	124,98	17.471,85
Paraíba	3.974.687	77,47	19.081,81
Rio Grande do Norte	3.302.729	80,18	22.516,97
Piauí	3.271.199	64,03	19.465,69
Alagoas	3.127.683	76,27	22.662,01
Sergipe	2.210.004	51,86	22.177,45
<b>Nordeste</b>	<b>54.658.515</b>	<b>1.243,10</b>	<b>21.556,26</b>
<b>Brasil</b>	<b>209.080.756</b>	<b>9.012,14</b>	<b>42.247,52</b>

Fonte: Observatório da Indústria/FIEC a partir de dados do IBGE

**Fonte: FIEC – Observatório da Indústria**

O Gráfico 06 mostra o tamanho da desigualdade regional quanto ao IDH, mais amplo que a análise econômica anterior, porém o comportamento se repete: mesmo com a evolução dos IDH de todos os estados, a defasagem em relação ao IDH Brasil permanece.

**Gráfico 06: IDH Estados x Brasil**



Fonte: FIEC – Observatório da Indústria



Foto: Arquivo Agência Brasil

O Quadro 02 fundamenta a conclusão da palestra ministrada no SINCE 2024 em Balneário Camboriú – SC e, conseqüentemente, deste artigo. Apresenta alguns dos mais relevantes eixos com potencial para alavancar e acelerar o desenvolvimento da região.

A transição energética está abrindo talvez o maior portfólio de oportunidades da história para a região. Aproveitá-lo é um desafio a ser superado e representará uma mudança de patamar no seu desenvolvimento.

### Quadro 02: Insight sobre Potencialidades da Região



Fonte: Elaboração Própria

## Referências Bibliográficas

Chaves Neto, Lauro - A Economia do Nordeste, SINCE 2024 SC

FGV IBRE – Monitor do PIB do Nordeste 2024

BNB – ETENE - Publicação Nordeste em Mapas – 2012

BNB – ETENE - Produto Interno Bruto - Contas Nacionais e Regionais – 2016

BNB – ETENE - Produto Interno Bruto Per Capita - Contas Nacionais e Regionais - 2016

<https://www.ceara.gov.br/2024/01/01/com-grande-potencial-em-energias-renovaveis-o-ceara-esta-se-tornando-a-casa-do-hidrogenio-verde/>



## Lauro Chaves Neto

Economista pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará, com MBA em Finanças pela FGV e PhD em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, conselheiro do Cofecon, presidente da Academia Cearense de Economia e assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

# *O papel das cidades de médio porte no* **desenvolvimento regional**

POR ALLISSON DAVID DE OLIVEIRA MARTINS

## **Introdução**

O Nordeste brasileiro, nos últimos anos, tem experimentado um processo de desenvolvimento econômico, que se reflete não apenas em suas capitais, mas também nas cidades de médio porte situadas em áreas estratégicas do interior. Esse crescimento descentralizado representa uma mudança importante para a economia regional, tradicionalmente concentrada nas grandes cidades e nos centros urbanos próximos ao litoral.

Neste cenário, as cidades de médio porte estão sendo forças motrizes para um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável, capazes de impulsionar a integração de diversas cadeias produtivas e de suprir demandas regionais de produtos e serviços. Esse processo é particularmente relevante no Nordeste, onde os desafios socioeconômicos e geográficos exigem soluções que contemplem a interiorização do desenvolvimento e a criação de novas oportunidades para as populações locais.

## **1. Panorama das cidades médias**

Para identificar as cidades de médio porte com maior potencial de impacto regional, o Banco do Nordeste, por meio de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), utiliza um recorte das cidades médias, em sua área de atuação, que abrange o Nordeste, mas também parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A metodologia de seleção das cidades médias parte da análise de dados mais recentes do IBGE, considerando todos os municípios da área de atuação do Banco do Nordeste com mais de 100 mil habitantes e procedendo à exclusão das capitais e suas regiões metropolitanas. Esse critério visa identificar cidades com características de polos econômicos regionais, não atreladas às capitais e suas regiões metropolitanas, mas capazes de gerar transbordamento econômico para as áreas circunvizinhas.

Com base nesses critérios, foram identificadas 41 cidades médias, distribuídas pelos estados de Alagoas (1), Bahia (14), Ceará (4), Espírito Santo (3), Maranhão (6), Minas Gerais (3), Paraíba (2), Pernambuco (4), Piauí (1), Rio Grande do Norte (1) e Sergipe (2).

As cidades selecionadas representam cerca de 13,6% da população da área de atuação do Banco do Nordeste, ou seja, mais de 8 milhões de habitantes, segundo o IBGE, com dados de 2022. Os municípios ainda detêm mais de 100 mil km<sup>2</sup>, o que representa 5,5% de toda a área coberta pela atuação do Banco do Nordeste.

Em termos econômicos, as cidades médias contribuem com aproximadamente 15,7% do PIB regional, segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2021. Em 2010, o PIB total desses municípios

Foto: Reprodução/Prefeitura Municipal de Feira de Santana



Visão aérea de Feira de Santana - Bahia

**Tabela 1 - Cidades médias na área de atuação do BNB – PIB – R\$ Mil - 2021**

Município	UF	PIB total 2021	Município	UF	PIB total 2021
Feira de Santana	BA	17.282.198	Paulo Afonso	BA	3.965.326
Montes Claros	MG	10.800.251	Açailândia	MA	3.828.780
Campina Grande	PB	10.373.107	Porto Seguro	BA	3.767.887
Luís Eduardo Magalhães	BA	8.820.648	Eunápolis	BA	3.203.016
Caruaru	PE	8.663.525	Jequié	BA	3.176.446
Vitória da Conquista	BA	8.215.793	Garanhuns	PE	3.077.112
Mossoró	RN	8.071.762	Parnaíba	PI	2.968.947
Linhares	ES	8.036.008	Teófilo Otoni	MG	2.951.670
Petrolina	PE	7.994.036	São Mateus	ES	2.947.644
Imperatriz	MA	7.693.511	Teixeira de Freitas	BA	2.875.867
Governador Valadares	MG	7.382.837	Santo Antônio de Jesus	BA	2.450.763
Barreiras	BA	7.006.121	Itabaiana	SE	2.213.275
Balsas	MA	6.307.610	Caxias	MA	2.112.941
Arapiraca	AL	5.915.938	Patos	PB	1.993.586
Sobral	CE	5.395.130	Crato	CE	1.871.587
Juazeiro	BA	5.181.529	Lagarto	SE	1.798.319
Ilhéus	BA	5.163.623	Itapipoca	CE	1.784.007
Juazeiro do Norte	CE	5.114.793	Codó	MA	1.648.786
Vitória de Santo Antão	PE	4.551.843	Bacabal	MA	1.514.711
Alagoinhas	BA	4.532.743	<b>Nordeste</b>	<b>NE</b>	<b>1.243.103.280</b>
Colatina	ES	4.378.306	<b>Área de atuação BNB</b>	<b>BNB</b>	<b>1.347.101.528</b>
Itabuna	BA	4.200.814			

**Fonte: IBGE (2024). Elaboração: Etene/BNB(2024)**

era de R\$ 85,95 bilhões, valor que cresceu para R\$ 211,23 bilhões em 2021, o que representa um aumento nominal expressivo de 145,75%. No período de 2010 a 2021, as cidades médias apresentaram crescimento geométrico nominal do PIB em torno de 8,52%. Na mesma base de comparação, o PIB da área de atuação do BNB, registrou crescimento geométrico nominal de 8,18%. Nesse sentido, as cidades médias vêm apresentando performance de crescimento maior que a média geral da região.

## 2. Principais cidades pelo PIB em 2021

Feira de Santana (BA), com PIB de R\$ 17,28 bilhões, é um dos maiores polos de comércio e ser-

viços do interior nordestino, destacando-se pelo setor de logística e transporte que conecta diversas regiões da Bahia. Sua localização estratégica e infraestrutura bem desenvolvida também a tornam um centro de distribuição para a agroindústria e o varejo, fortalecendo o fluxo de mercadorias e a geração de empregos.

Montes Claros (MG), com PIB de R\$ 10,80 bilhões, destaca-se pela força no setor industrial e agropecuário, com ênfase na produção de leite, carne e grãos. Além disso, a cidade é um importante polo de saúde e educação no norte de Minas Gerais, com universidades e hospitais.

Campina Grande (PB), com PIB de R\$ 10,37 bilhões, é amplamente reconhecida como um dos principais polos de tecnologia e inovação

do Nordeste, sendo referência no desenvolvimento de software e tecnologia da informação. A cidade abriga centros de pesquisa e universidades que estimulam a criação de startups e empresas de base tecnológica, atraindo investimentos e promovendo o desenvolvimento de um mercado de trabalho qualificado.

Luís Eduardo Magalhães (BA), com PIB de R\$ 8,82 bilhões, é um destaque na produção agrícola, especialmente na soja, milho e algodão. No oeste baiano, a cidade é um dos maiores produtores de grãos da região e é conhecida por suas

técnicas avançadas de irrigação e cultivo. O comércio e os serviços também têm experimentado avanços relevantes nos últimos anos.

Caruaru (PE), com PIB de R\$ 8,66 bilhões, é um importante polo comercial e turístico. O setor de comércio é fortalecido pela presença de pequenas indústrias de vestuário e artesanato, que movimentam a economia local. Caruaru também atrai milhares de turistas durante o período junino, com festas que incentivam o setor de serviços e impulsionam a economia criativa e cultural da região.



**As cidades de médio porte estão sendo forças motrizes para um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável, capazes de impulsionar a integração de diversas cadeias produtivas e de suprir demandas regionais de produtos e serviços."**





### 3. Setores econômicos de destaque nas cidades de médio porte

O crescimento das cidades de médio porte no Nordeste tem sido impulsionado por uma diversificação econômica que se apoia em setores estratégicos, responsáveis pela criação de empregos e pelo fortalecimento das economias locais. A vocação econômica, moldada pelas características geográficas, culturais e sociais de sua região, tem contribuído para a formação de polos setoriais diversificados que impulsionam a competitividade e atraem investimentos.

Entre os setores de destaque, a agroindústria ocupa um papel central em várias dessas

cidades, especialmente aquelas situadas em regiões com condições favoráveis para a agricultura irrigada. Petrolina, em Pernambuco, é um exemplo de como a fruticultura irrigada se transformou em uma atividade econômica relevante, posicionando a cidade como um dos maiores exportadores de frutas do país.

Além da agroindústria, o comércio e os serviços se consolidaram como motores econômicos em diversas cidades de médio porte. Juazeiro do Norte, no Ceará, é um importante município deste movimento, com seu setor comercial

impulsionado pelo turismo religioso e pela forte demanda de consumo local. A cidade recebe milhares de visitantes anualmente, gerando um fluxo de capital que alimenta o comércio, a rede hoteleira, restaurantes e outros serviços.

Mossoró, no Rio Grande do Norte, destaca-se pelo setor de petróleo e gás e a fruticultura irrigada. A cidade é um dos principais centros de produção de petróleo em terra no Brasil, o que movimenta a indústria e serviços especializados. Paralelamente, a fruticultura, especialmente a produção de melão e melancia para exportação, impulsiona a agricultura e a logística.

Imperatriz, no Maranhão, é um centro econômico estratégico no sul do estado, apoiado pela agropecuária, indústria e comércio. Sua localização facilita o escoamento de grãos, como soja e milho, além do fornecimento de carne bovina.

Arapiraca, em Alagoas, inicialmente conhecida pela produção de tabaco, expandiu suas atividades econômicas para setores como agricultura diversificada, comércio e serviços. Além disso, o comércio atacadista e o crescimento de serviços de saúde e educação consolidam Arapiraca como um polo regional no agreste alagoano.

#### 4. Desafios e perspectivas futuras

O desenvolvimento econômico dessas cidades médias reflete-se diretamente na qualidade de vida de seus habitantes.

O Banco do Nordeste desempenha um papel crucial no desenvolvimento das cidades médias do Nordeste, na medida em que destina recursos a projetos de investimentos que promovem o crescimento econômico e social dessas cidades, com crédito em condições favoráveis que permite o desenvolvimento de negócios locais, criando emprego e ampliando a infraestrutura urbana.

Embora o crescimento dessas cidades seja evidente, desafios persistem, especialmente na infraestrutura e na necessidade de reduzir desigualdades sociais.

As cidades de médio porte do Nordeste são fundamentais para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo na região. Com o apoio do Banco do Nordeste, propulsionam os agentes econômicos, nos diversos setores, de forma que essas cidades estão se consolidando como catalisadoras de crescimento regional, contribuindo para a redução das disparidades econômicas e sociais.



### Allisson David de O. Martins

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará e mestrado em Economia de Empresas pelo CAEN/UFC. Atualmente é gerente-executivo de Macroeconomia no Banco do Nordeste do Brasil (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE) e professor na Universidade de Fortaleza. Foi presidente do Corecon-CE.

# Fortalecimento da agricultura familiar:

*experiências de agroindústrias em assentamentos rurais no Maranhão*

POR HERIC SANTOS HOSSOÉ E LINDALVA SILVA CORREIA

## 1) Introdução

O presente artigo ressalta algumas experiências direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar no âmbito da política pública do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) operacionalizada por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a parceria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O TED tem como proposta inicial estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeco-

nômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda a partir da elaboração de projetos, acompanhamento de implantação e operacionalização das agroindústrias, assessoria técnica e formativa para gestão de cooperativas.

Neste trabalho será retratada de maneira sucinta uma das ações presentes no TED, que diz respeito à implantação de agroindústria em assentamentos rurais da reforma agrária no Maranhão. Para essa meta, os produtos que deve-



rão ser entregues às comunidades beneficiadas iniciam-se com a elaboração de um diagnóstico socioeconômico com a consequente criação de um plano de negócios construído com o protagonismo dos agricultores, sendo esse um ponto relevante. Os trabalhos dos pesquisadores e técnicos das duas instituições parceiras do TED contemplam realização de oficinas de comercialização, planos zootécnicos, ambientais e agrários.

## **2) Algumas experiências de campo no âmbito da política pública de fortalecimento dos assentamentos da reforma agrária no Maranhão operacionalizadas pelo convênio TED INCRA/ UFMA**

### **2.1) O caso do projeto de assentamento rio Pirangi**

No plano de ação do TED foi identificada através do diagnóstico socioeconômico dos assentamentos contemplados a viabilidade da implantação de uma agroindústria de processamento de frutas silvestres no Assentamento Rio Pirangi, em Morros, Maranhão, com foco em agregar valor à produção local e estimular o desenvolvimento socioeconômico. O objeto da proposta consiste na produção e comercialização de polpas e processados de polpa de frutas convencionais e orgânicas no PA Rio Pirangi.

O diagnóstico caracterizou o assentamento, mapeando as principais espécies de frutas nativas e seus potenciais comerciais, como murici e mangaba, além de avaliar desafios como falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica. Assim, foi construído um plano de negócios com os produtores rurais para a estruturação de uma agroindústria e unidades artesanais, visando aumentar a renda dos assentados e melhorar o acesso a mercados. O projeto visa superar desafios do extrativismo e promover um crescimento econômico sustentável para a comunidade do Bacaba e demais comunidades do Projeto de Assentamento Rio Pirangi.

O assentamento possui seiscentas e quarenta (640) famílias cadastradas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo que, dentre estas, 70 famílias serão beneficiárias diretas do projeto de produção da agroindústria de polpa de frutas e processados. A unidade corresponde a um módulo industrial que será estabelecido na área urbanizada do povoado Bacaba, PA Rio Pirangi, município de Morros-MA, com 46 m<sup>2</sup> de área construída, situado nas proximidades da vila do Bacaba, e processará a produção estimada de 34 toneladas anuais de frutas das famílias assentadas. A disposição espacial baseia-se na estratégia de concentração de fornecedores da matéria prima principal, que são os campos de produção extrativista de mangaba e murici. A produção



abrangerá frutas silvestres e cultivadas para os mercados, institucionais, locais e regionais.

Estima-se um montante familiar de 300 kg/ano de frutos coletados ou cultivados pelas famílias. Para o conjunto do assentamento, este montante representará uma produção adicional de 34 toneladas de processados de polpa de frutas, representando um valor bruto anual de R\$ 945.000,00 na forma de polpa de frutas ou de processados de frutas.

Nessa perspectiva, considerando o valor atual recebido na comercialização da produção de polpa de frutas e de processados de frutas, previu-se um incremento médio na renda familiar dos beneficiários de R\$ 4.212,00/ano com a venda de polpas, sucos, geleias, doces, licores, entre outros. Para a realização desses resultados, estima-se um investimento total do projeto da ordem de R\$ 404.463,00 relacionados às obras, instalações, equipamentos, treinamentos, insumos e custos comerciais. Tomando como base uma projeção de custos de insumos, processamento, comercialização e impostos, estima-se um montante de R\$ 722.620,00 de custos totais anuais. Com isso, estima-se um lucro líquido anual da ordem de R\$ 337.000,00, que possibilitará nos primeiros 05 anos uma remuneração do capital investido, considerando uma taxa de juros anual

de 6%. O empreendimento estima um valor presente líquido da ordem de R\$ 751.140,76, com uma taxa estimada de retorno da ordem de 17%, o que caracteriza um grau satisfatório de rentabilidade e viabilidade financeira.

## 2.2) Projeto de assentamento água fria (cera de carnaúba) - Araisos (MA)

A cera de carnaúba é um produto de origem extrativo-vegetal obtida a partir da extração do pó da folha da carnaubeira (*Copernicia prunifera*), largamente utilizada nas indústrias de transformação de produtos de limpeza, cosméticos, equipamentos eletrônicos, farmacêuticos, entre outras modalidades.

A partir do desenho de uma unidade industrial de baixa complexidade, a construção de um processo de extração da cera de carnaúba, integrada nos sistemas de produção locais baseados na produção agrícola com o uso dos resíduos da palha de carnaúba, pretende-se a articulação e fortalecimento de um arranjo produtivo local sustentável.

Baseado na construção participativa e voltado para a autonomia das famílias participantes, o investimento será realizado no Projeto de Assentamento (PA) Água Fria, município de



Foto: Tony Oliveira/Agência Brasília

Araioses, sob a gestão inicial da Associação dos Produtores Extrativistas do PA Água Fria. Essa constituição é baseada na cooperação técnica estruturada pelo TED INCRA/UFMA, viabilizada pelo Programa Terra Sol, com a parceria do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), que apoiará no processo de assessoria e formação gerencial e comercial dos participantes. O assentamento beneficiado pela ação da política pública possui cento e quinze (115) famílias cadastradas no PNRA. Destas, 56 famílias serão beneficiárias diretas do projeto de produção de cera orgânica.

Com relação aos principais produtos, todos eles referem-se a representações formais tipificadas nos sistemas mundiais de controle de identificação. Assim, os produtos do empreendimento serão classificados como: cera de carnaúba dos tipos 1, 3 e 4, na modalidade “orgânicos”. A certificação será baseada no processo normal realizado pelo INMETRO e pelo MAPA, através de procedimentos de auditoria e acreditação. Para a adaptação e conformidade com as necessidades do mercado consumidor, os produtos serão apresentados na forma de barra e de escamas, em embalagens de 250 gramas, 500 gramas, um quilograma e 25 quilogramas.

A unidade industrial de cera orgânica corresponde a um módulo que será estabelecido na área urbanizada da comunidade Água Fria, com dimensões de 46 m<sup>2</sup> de área construída, situado nas proximidades do galpão comunitário de estocagem de insumos e equipamentos coletivos dos assentados. A implantação foi prevista de acordo com a disponibilidade de fontes de energia e água potável, além do acesso aos serviços de comunicação e transporte, de forma a não interferir ou estrangular os processos de produção de cera.

Com capacidade estimada de processamento de 1.200 quilos de pó de cera /dia, a unidade industrial permite processar o equivalente a cinco vezes sua capacidade inicial prevista. Projetada para um montante de 100 toneladas/ano, a unidade industrial apresenta custos de investimentos previstos de acordo com a necessidade das famílias. Apesar do dimensionamento superior, o empreendimento foi programado para processar apenas 15 toneladas no primeiro ano,

que corresponde a pouco mais de 70% da capacidade de oferta do assentamento Água Fria.

Considerando que durante os primeiros dois anos a cera produzida não está certificada como orgânica, a venda de cera será destinada prioritariamente ao mercado convencional. Levando em conta as perdas decorrentes da pureza e qualidade e considerando ainda a proporção de cera de óleo e cera de palha, as estimativas de produção são da ordem de 11.300 kg no primeiro ano até 22.350 kg no sexto ano.

Com isso, estima-se um montante familiar de 400 kg/ano de pó de cera orgânica. Para o conjunto do assentamento, este montante representará uma produção adicionada de 16,5 toneladas, representando um valor bruto anual de R\$ 696.000,00 na forma de cera orgânica em barras dos tipos 1, 2 e 3. Nessa perspectiva, considerando o valor atual recebido na comercialização da produção de pó de cera, previu-se um incremento médio na renda familiar dos beneficiários de R\$4.282,00/ano. Para a realização desses resultados, estima-se um investimento total do projeto da ordem de R\$266.350,00 relacionados às obras, instalações, equipamentos, treinamentos, insumos e custos comerciais.

Tomando como base uma projeção de custos de insumos, processamento, comercialização e impostos, estima-se um montante de R\$458.340,00 de custos totais anuais. Com isso, estima-se um lucro líquido anual da ordem de R\$237.420,00, que possibilitará nos primeiros 06 anos a remuneração do capital investido, considerando uma taxa de juros anual de 6%. O empreendimento apresenta um valor presente líquido da ordem de R\$1.059.788,76.

### **3) Considerações finais**

A análise das experiências de fortalecimento da agricultura familiar no Maranhão, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o INCRA e a UFMA, revela um potencial significativo para a transformação socioeconômica das comunidades assentadas. O projeto de agroindústria no Assentamento Rio Pirangi, focado na produção de polpa de frutas, exemplifica como a articulação entre políticas públicas

e a participação ativa dos agricultores pode gerar renda e emprego. A experiência com a cera de carnaúba no Assentamento Água Fria também ilustra o impacto positivo da organização coletiva na geração de valor agregado. Portanto, o sucesso dessas ações depende da continuidade do apoio institucional e da capacitação dos assentados, garantindo a sustentabilidade dos projetos e promovendo um desenvolvimento rural mais inclusivo e resiliente.

---

## Referências Bibliográficas

Gamarra-Rojas, Guillermo; Mattos, Jorge Luiz Schirmer de; Gamarra-Rojas, Cíntia Ferreira Lima; Lima, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; Caporal, Francisco Roberto. Análise de sustentabilidade em assentamento de reforma agrária: o caso de Chico Mendes III, Pernambuco, Brasil. *Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.3, jul./set. 2019.

Noce, Marco Aurélio; Ferreira Neto, José Ambrósio. Uma análise de política pública brasileira de desenvolvimento rural, com foco no combate a pobreza rural. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, Vol. I, N. 8, jan./jun. 2016.

Oliveira, Marcelo Leles Romarco de. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. Em *Extensão*, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 30-51, jan. / jun. 2015.

Ramos, Giuberto de Lima. Manual de metodologia de extensão rural / Giuberto de Lima Ramos, Ana Paula Gomes da Silva e Antônio Alves da Fonseca Barros. – Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. (IPA. Coleção Extensão Rural, 3).



### Heric Hossoé

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (2008), tornou-se Mestre em Políticas Públicas também pela Universidade Federal do Maranhão (2013) e atualmente é Doutorando em Políticas Públicas pelo mesmo programa da Universidade Federal do Maranhão. É professor adjunto IV na UFMA. Atualmente é conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon.



### Lindalva Silva Correia

Doutora em Economia pela UFF (2017), mestre em Economia Rural e Regional pela UFCG (2004) e graduada pela UFPB. É professora adjunta da UFMA, com atuação em Economia Rural.

# O dinamismo regional de Santa Catarina:

*um desenvolvimento sustentado pela indústria, base exportadora e instituições*

POR DARLAN KROTH E ANGELO BRIÃO ZANELA



Um traço característico da economia catarinense é a forte presença do setor industrial, com diversificação produtiva e que se espalha por todo estado, com todas as seis mesorregiões possuindo pelo menos um segmento industrial de destaque (Lins e Mattei, 2010).

Por conta dessa estrutura econômica, no início dos anos 2000, estudiosos da socioeconomia regional catarinense cunharam o termo “modelo de desenvolvimento catarinense”, como uma forma de diferenciá-lo das experiências observadas em outros estados brasileiros e, principalmente, para exaltar seu alto valor de IDH (o terceiro maior do país) (Lenzi, 2000). Esse modelo foi caracterizado pela forte presença de investimento privado, ligado ao setor industrial, liderado pelo perfil empreendedor de sua população, que possui raízes de ascendência europeia (sobretudo alemães e italianos) e alta escolaridade (acima da média nacional). Somado a essas características, o estado possuía um alto grau de cooperação, materializado pelos empreendimentos cooperativistas.

Esses atributos podem ser aninhados sobre o signo do capital social,

elemento muito presente na escola institucionalista. Para o institucionalismo, os fatores que promovem o desenvolvimento vão se constituindo ao longo da história, o que ajuda a explicar os padrões de desenvolvimento entre regiões/países. A força desses fatores institucionais, complementada com políticas públicas específicas, é o que mais se aproxima da explicação da trajetória do desenvolvimento regional catarinense que pretendemos discutir ao longo desse artigo. Nos últimos dez anos, Santa Catarina apresentou um desempenho econômico muito positivo, que corrobora com essa literatura.

O Quadro 1 apresenta a evolução do PIB e do PIB per capita catarinense de 2014 a 2021. Verifica-se que o crescimento econômico anual médio do estado superou a casa dos 3% no período, destoando muito da dinâmica nacional. Já a renda per capita cresceu menos, mas o bastante para colocar Santa Catarina como a terceira maior renda per capita do país (atrás apenas do DF e MT em 2021).

**Quadro 1 – Desempenho do PIB e do PIB per capita das mesorregiões de Santa Catarina – 2014 e 2021**

Mesorregião	PIB (R\$ milhões)*		var. %	PIB per capita (R\$)		var. %
	2014	2021	2014/2021	2014	2021	2014/2021
Grande Florianópolis	55.758,00	62.022,46	11,2	51,1	46,742	-8,5
Norte Catarinense	79.347,97	101.257,67	27,6	60,509	70,01	15,7
Oeste Catarinense	61.752,65	74.866,19	21,2	49,171	55,122	12,1
Serrana	17.233,43	19.121,19	11,0	41,514	45,203	8,9
Sul Catarinense	41.155,57	46.350,51	12,6	41,855	42,897	2,5
Vale do Itajaí	110.430,46	145.980,14	32,2	66,112	73,898	11,8
<b>Santa Catarina</b>	<b>365.678,09</b>	<b>449.598,16</b>	<b>22,9</b>	<b>54,359</b>	<b>59,077</b>	<b>8,7</b>

**Fonte: IBGE (2024). \* Deflacionado pelo IPCA.**

Esse dinamismo econômico pode ser uma das explicações para o salto populacional ocorrido entre os últimos dois Censos Demográficos (2010 e 2022), conforme pode ser observado pelo Quadro 2. Santa Catarina foi o estado com o segundo maior aumento percentual 21,8% e o segundo com maior variação absoluta, passando de 6,2 milhões de habitantes em 2010 para 7,6 milhões em

**Quadro 2 – Evolução da população de Santa Catarina entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022**

Vale do Itajaí	Nr de Municípios	Pop 2010	Pop 2022	var. % 2010/2022	Diferença absoluta
Vale do Itajaí	54	1.509.273	1.975.432	30,9	466.159
Norte Catarinense	26	1.212.997	1.446.326	19,2	233.329
Oeste Catarinense	118	1.200.723	1.358.188	13,1	157.465
Grande Florianópolis	21	994.687	1.326.902	33,4	332.215
Sul Catarinense	46	925.177	1.080.509	16,8	155.332
Serrana	30	406.825	423.004	4,0	16.179
<b>Santa Catarina</b>	<b>295</b>	<b>6.249.682</b>	<b>7.610.361</b>	<b>21,8</b>	<b>1.360.679</b>

**Fonte: IBGE (2024).**

2022. Esse contingente populacional acabou se agregando aos fatores institucionais já comentados, impulsionando a demanda agregada local.

Ressalta-se que esse desempenho econômico se apresentou com certa homogeneidade pelas seis mesorregiões do Estado. No entanto, há três mesorregiões que se destacaram: Vale do Itajaí (que contempla os municípios de Blumenau e Itajaí), Norte Catarinense (com Joinville e Jaraguá do Sul) e Oeste (com Chapecó, Joaçaba, Caçador e Concórdia). As duas primeiras, possuem um parque industrial mais amplo, hospedando grandes grupos industriais e são próximas do litoral (capital do governo e portos). Já a meso Oeste, mais afastada do litoral e com vínculos mais fortes com o setor primário, é o que buscaremos analisar com maior profundidade.

Por reunir essas duas condições, a mesorregião Oeste torna-se um bom objeto de estudo para analisar o desenvolvimento regional catarinense. O fato de ser uma região afastada dos grandes centros (e maior distância dos principais mercados consumidor e de fornecedores), precisa reunir condições de competitividade para se manter dinâmica. Referente ao seu perfil “agro”, embora não reúna as vantagens da monocultura de grandes propriedades e de terreno e clima favoráveis, como encontrados no Centro-Oeste do Brasil, desenvolve um modelo de produção diferenciado para viabilizar as economias de escala. Nestes termos se questiona: quais fatores ajudam a explicar o dinamismo dessa região?

A meso Oeste é formada por 118 municípios, sendo 73% com população abaixo de 10 mil habitantes. Seu maior município, e polo regional, é Chapecó. A mesorregião reúne um rico complexo agroindustrial de proteína animal (suína e avícola) e, nos últimos anos, vem se destacando também no setor de lácteos (Kroth, 2016).

É exatamente essa presença da indústria, que possui capacidade de impulsionar as diferentes atividades ligadas à cadeia produtiva alimentícia (carnes e lácteos) – os chamados efeitos para frente e para trás – e a conquista de mercados internacionais, que podem ser apontados como importantes motores do desenvolvimento regional (Thirwall, 2002).

Em relação ao mercado externo, é inegável que o choque de demanda promovido pela

China, a partir dos anos 2000, é um componente primordial. Mas os destinos da produção Oestina atingem países diversos e com elevados níveis de exigências, como Oriente Médio, EUA, Leste Asiático (incluindo Japão) e Europa. Esse apetite externo estimulou novos investimentos na região, como a duplicação de uma planta frigorífica no ano de 2019, com a geração de 5,5 mil novos empregos, para atender a demanda de mais de 20 países.

Mas não se conquista tais mercados do dia para a noite.

Destacamos aqui a construção de um modelo de produção “em parceria”, idealizado pelas agroindústrias ainda na década de 1970, em que buscavam integrar o produtor rural com a empresa, garantindo maior proximidade e controle da produção de insumos. Esse modelo garantiu, além da oferta regular de matérias-primas, a competitividade em termos de baixos custos de produção. Adicionalmente, as agroindústrias em parceria com o governo estadual, vêm realizando, ao longo de décadas, um forte investimento em segurança da sanidade animal, um pré-requisito para atender mercados alimentares externos. Dessa forma, Santa Catarina possui um diferencial que é ser uma área livre da presença de zoonoses. Isto é, a região Oeste construiu vantagens competitivas ao logo do tempo, que lhe garantem mercados consumidores diversificados em nível nacional e internacional.

A relevância do comércio internacional para a região corrobora com a teoria da base exportadora. Para essa teoria, a partir das atividades voltadas à exportação, ocorrem certas vantagens comparativas na produção de determinados bens com custos menores e maior produtividade. Diante destas circunstâncias, os benefícios e fundamentos da base exportadora acabam permitindo que o mercado interno aumente sua produção, empregando assim os fatores ociosos, bem como, induzindo o surgimento de novos setores na economia local (North, 1955; Souza, 2002).

Há também outros fatores específicos no período recente que contribuíram com novos estímulos à cadeia produtiva agroindustrial. O primeiro, está relacionado com o *boom* dos preços das *commodities*, iniciado pelos idos de

2010. Alinhado com as políticas de crédito rural, permitir um acréscimo de renda aos agricultores, que acabou retornando como reinvestimento nas propriedades. Dessa forma, propiciou a sua atualização tecnológica (o que inclui aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas, robotização de aviários/chiqueiros e a instalação de placas fotovoltaicas), contribuindo para a ampliação da produtividade e também do bem-estar da população rural, que decidiu permanecer no campo. Todo esse investimento foi facilitado pela grande atuação das cooperativas de créditos, que possuem grande capilaridade regional (Lima et al., 2024).

O segundo aspecto refere-se a oferta de mão de obra. A região passou a receber uma leva muito grande de imigrantes (inicialmente haitianos entre 2010 e 2017 e venezuelanos a partir de 2018), permitindo a operacionalização dos novos frigoríficos. Mais recentemente, a região passou a atrair a vinda de muitos brasileiros do Norte e Nordeste.

Mas não só da agroindústria de alimentos vive a região Oeste. Consideramos que a renda gerada pelo complexo agroindustrial acabou transbordando para outros setores e acionando o clássico multiplicador de gastos keynesiano. Um primeiro setor que prosperou foi o de construção civil, ampliando o número de empreendimentos imobiliários, tanto residenciais como empresariais. O setor de comércio varejista foi outro que recebeu impacto direto da geração de renda local, recepcionando investimentos de várias redes atacarejistas. O setor de serviços também floresceu, tanto em termos de atendimento direto às atividades agroindustriais, como no ramo de saúde, educação e turismo.

Para além desses transbordamentos, o Oeste Catarinense contempla um setor de produção de móveis, eletrodomésticos, outros produtos elétricos e, mais recentemente, indústria de softwares e de turismo (de negócios e rural) bem amadurecidos e que contribuem para a sustentação da criação de oportunidades de emprego,



**O primeiro, está relacionado com o boom dos preços das commodities, iniciado pelos anos de 2010. Alinhado com as políticas de crédito rural, permitiu um acréscimo de renda aos agricultores, que acabou retornando como reinvestimento nas propriedades."**

criando um círculo virtuoso regional, que explica também a atração de pessoas de outros estados para o Oeste.

Reforçamos que essa prosperidade foi sendo construída ao longo do tempo, alinhando diferentes fatores (privados e públicos), aproveitando oportunidades e criando soluções aos desafios que foram se colocando no horizonte. Tais elementos se aproximam dos fatores institucionais expostas no início do texto.

Em que pese ressaltarmos até aqui a face privada do desenvolvimento regional, nada foi possível sem o apoio maciço do Estado (estadual e federal). Os constantes investimentos nos processos produtivos contaram com forte apoio de crédito subsidiado e isenções fiscais, sustentando as inovações e ampliando a capacidade produtiva do complexo agroindustrial. A participação do governo também esteve presente em outras frentes, como melhorias pontuais em infraestrutura (rodovias, portos – incluindo mais recentemente, o porto seco na tríplice fronteira Argentina-Paraguai-Brasil, em Dionísio Cerqueira, viabilizando importante rota para o escoamento de milho para a região), crédito rural e investimentos na rede de ensino superior (universidades e institutos tecnológicos), que promove a formação de mão de obra qualificada. Em 2021, Chapecó inaugurou um parque tecnológico, em parceria com universidades locais, com recursos do governo estadual.

Apesar desse grande envolvimento público, não se pode dizer que houve uma “grande” política pública que estimulou a região, mas sim, a articulação de várias ações que vão criando sinergias para a geração de melhorias na região. Uma diferença, ao nosso ver, em âmbito da natureza e operacionalização dos instrumentos governamentais em Santa Catarina, é que há um maior “intervencionismo” do setor privado na influência e condução das políticas públicas, principalmente em termos estaduais. Ou seja, o setor industrial, liderado pela sua Federação das Indústrias (Fiesc) e outras associações patronais, possuem muita ingerência nas decisões e na condução das políticas, priorizando o processo produtivo em relação a outras pautas. Essa “governança *sui generis*” possui seus efeitos diretos e indire-

tos no desenvolvimento catarinense.

Considerando todos os fatores apresentados, é pertinente rever o significado do termo *embeddedness*, traduzido na maioria das vezes como imersão, enraizamento ou ainda como incrustação, imbricação. O conceito original foi popularizado a partir dos pensamentos de Karl Polanyi, mais tarde redesenhado por Mark Granovetter (1985). Chama-se a atenção a respeito das evidências de que as cadeias produtivas locais estejam, em sua grande maioria, submersas nas ações realizadas pelas instituições, nos valores, nas características e saberes intrínsecos dos produtos regionalmente ofertados. Os aspectos institucionais passam a ser compreendidos e permitem a valorização das características sociais dos mercados regionais.

Conclui-se que as características de *embeddedness* associadas ao setor industrial da região analisada ajudam a explicar como o território desenvolveu-se a partir das atividades econômicas, cujos vínculos socioculturais entre os participantes de toda a cadeia produtiva foram decisivos para a ampliação dos negócios. Evidências estas percebidas por condições históricas e culturais e pelas características socioeconômicas da região.

Mas nem tudo são flores. Os desafios postos para a região manter a sustentabilidade de seu desenvolvimento estão ligados, em primeiro lugar, à infraestrutura. Além da melhoria da malha de transporte (rodovias, ferrovias e portos), fundamental para uma região afastada dos grandes centros, tem-se a necessidade de se garantir insumos básicos (energia elétrica e água) com regularidade. Em segundo lugar, a região, embora venha se diversificando, ainda é muito dependente da cadeia agroalimentar e qualquer disfuncionalidade nessa cadeia, que implique numa queda da demanda internacional, por exemplo, tem potencial de criar grandes efeitos negativos. Nestes termos, a continuidade dos esforços de garantir solidez no setor e ampliar sua competitividade internacional são elementos cruciais.

Outro gargalo é a falta de mão de obra. Apesar do grande contingente populacional que “marchou” para o Oeste, ainda há um déficit de força de trabalho. Considerando que a região

possui um custo de vida elevado (pressionado pelos elevados custos de alugueis, transporte e de serviços), governos locais devem repensar políticas públicas que visem a amenizar tais custos de vida para continuar mantendo a atratividade da região.

Um cuidado especial diz respeito às questões ligadas ao meio ambiente, que impactam diretamente o meio rural. O acordo Europa-Mercosul, que está no horizonte, pode criar novos desafios ao setor agroindustrial, considerando a exigência de barreiras não-tarifárias ligadas às questões ambientais. O mercado internacional, com perspectivas de arrefecimento em âmbito da conjuntura geopolítica atual, também merece atenção.

A região Oeste já enfrentou vários desafios ao longo de sua história, mas conforme Corazza

(2016), soube se reinventar e superar as adversidades. Foi assim na década de 1990, quando da abertura comercial e maior concorrência doméstica, aliados às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar (degradação ambiental e sucessão familiar), e na década de 2000, com escassez de insumos (milho e soja) e mão de obra para a indústria. Caberá à região, mais uma vez, mobilizar os fatores institucionais que permitiram atingir esse nível de desenvolvimento e ter sabedoria, para reinventar a utilização desses mesmos fatores, não se deixando tropeçar na soberba do seu próprio sucesso. Renovar as parcerias entre público e privado e atentar às (novas) demandas socioambientais globais precisam estar no radar.



## Darlan Christiano Kroth

Professor de Teoria Econômica da Universidade Federal da Fronteira Sul (campus Chapecó-SC). Economista, doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR).



## Angelo Brião Zanela

Professor de Teoria Econômica da Universidade Federal da Fronteira Sul (campus Chapecó-SC). Economista, doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR) e pós-doutor em Economia (FEA/USP).

# Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





# Programa de Cidades Intermediadoras

*um novo paradigma para a desigualdade regional?*

---

POR CARLOS EDUARDO NASCIMENTO,  
RAILENE VELOSO E ALINE MIGLIOLI

As cidades médias emergem como uma categoria urbana essencial para a compreensão dos desafios contemporâneos do desenvolvimento regional. Tradicionalmente entendidas como espaços de intermediação entre grandes centros metropolitanos e pequenas localidades, elas apresentam características que as tornam estratégicas na estrutura das redes urbanas e na configuração territorial. Segundo Sposito (2010), essas cidades não apenas desempenham papéis intermediários em suas redes, mas também atuam como polos de articulação econômica e social, respondendo a dinâmicas locais e globais que ampliam sua centralidade e complexidade.

Com o avanço da globalização e a reestruturação da divisão internacional do trabalho, as cidades médias passaram a assumir funções que transcendem seu papel regional convencional, integrando-se em redes urbanas que desafiam as hierarquias tradicionais. Nesse contexto, emerge uma dinâmica heterárquica, ou seja, uma rede urbana mais complexa que vai além do modelo piramidal que posiciona cidades globais no topo e cidades menores na base. Essa dinâmica propõe que as articulações entre as cidades não sigam uma ordem fixa, mas se deem de forma relacional, com múltiplas escalas e dinâmicas de interdependência, permitindo que cidades de diferentes portes desempenhem papéis relevantes em contextos específicos (Catelan, 2013).

Como resultado, as cidades médias têm a capacidade de criar e fortalecer fluxos econômicos e sociais que beneficiam suas regiões e contribuem para um desenvolvimento mais equilibrado e descentralizado ao conectarem fluxos de bens, serviços, informações e pessoas. Ao promoverem a descentralização de atividades econômicas, a difusão de inovações e a integração multiescalar, essas cidades contribuem para fortalecer a coesão territorial e gerar impactos que vão além de seus limites imediatos.

Em regiões caracterizadas por cidades pouco articuladas e marcadas por baixos padrões de acesso à infraestrutura e serviços urbanos essenciais – como na Amazônia, por exemplo – as cidades médias desempenham um papel estratégico na rede urbana, promovendo articulações que conectam as esferas locais, regionais e globais. Sua relevância também reside na capaci-

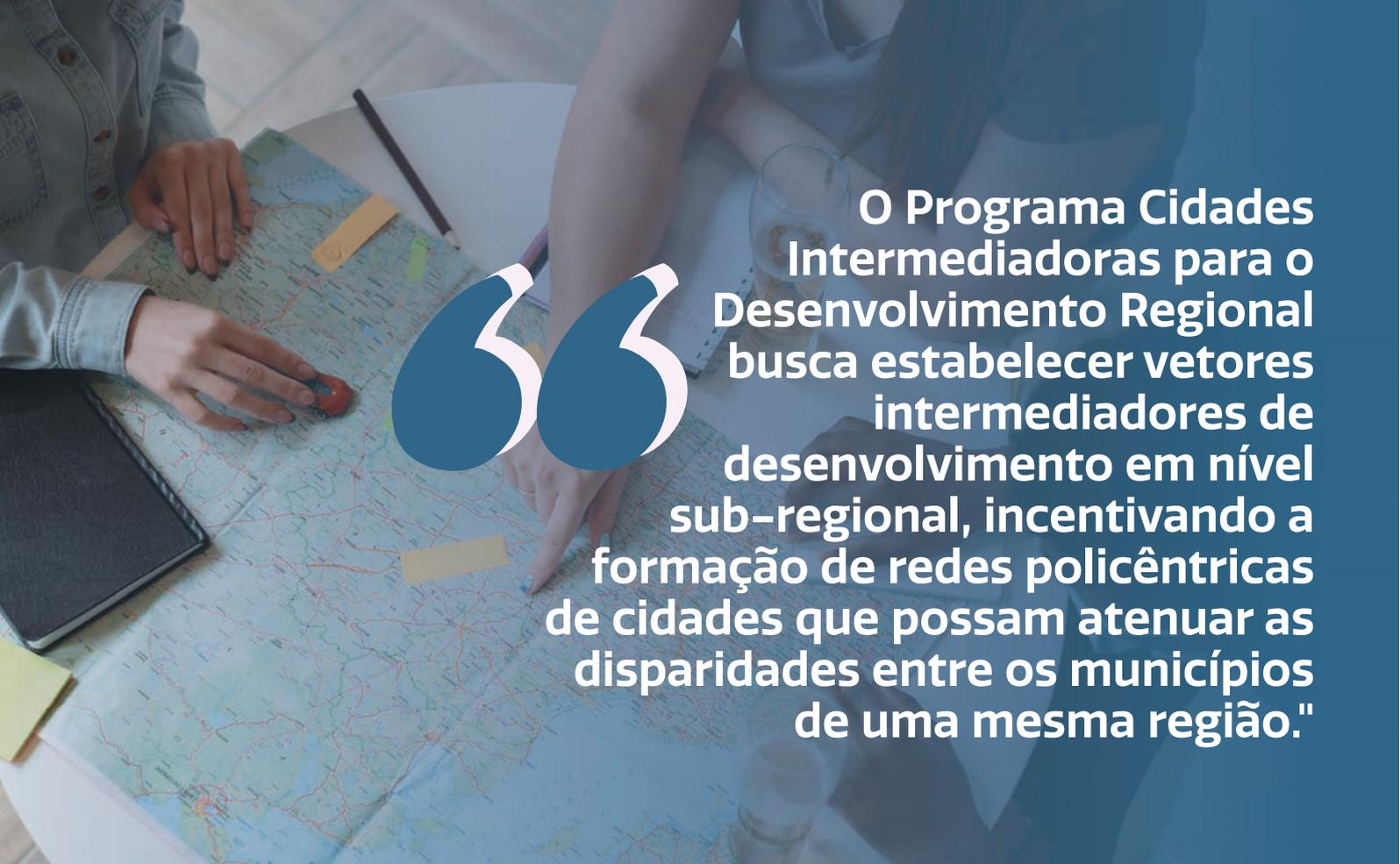
dade de absorver investimentos e funções antes concentradas em metrópoles e/ou capitais regionais, possibilitando mitigar problemas como desigualdade territorial e concentração de riqueza (Araújo et al., 2011).

Da mesma forma, a importância das cidades médias justifica o espaço que elas devem ocupar nas políticas de desenvolvimento regional do país. Neste sentido, o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, lançado pelo Governo Federal no segundo semestre deste ano, busca traçar uma política de ativação destas cidades, fortalecendo seu papel regional e sua capacidade de redução das desigualdades econômicas e sociais, tanto intrarregionais quanto inter-regionais, ao promover redes de cidades no território brasileiro.

Essas redes têm passado por transformações significativas ao longo do processo histórico de evolução da malha urbana no Brasil, em que a revitalização das cidades médias esteve frequentemente vinculada aos interesses e estratégias de localização do capital, impulsionado, sobretudo, pela crescente concorrência e necessidade de manter padrões de acumulação anteriormente alcançados. Nesse contexto, o Programa enfrenta um desafio crucial: redefinir o papel dessas cidades, deixando de vê-las apenas como lócus de acumulação de capital e posicionando-as como centros estratégicos para a redução das disparidades econômicas e sociais, rompendo com a lógica histórica que perpetua desigualdades, promovendo, em vez disso, um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

O Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional busca estabelecer vetores intermediadores de desenvolvimento em nível sub-regional, incentivando a formação de redes policêntricas de cidades que possam atenuar as disparidades entre os municípios de uma mesma região. Ele se fundamenta em três eixos principais: integração produtiva, oferta de serviços públicos e melhorias na urbanização (Brasil, 2024).

Desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), o Programa conta com o apoio das Superintendências de Desenvolvi-



**O Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional busca estabelecer vetores intermediadores de desenvolvimento em nível sub-regional, incentivando a formação de redes policêntricas de cidades que possam atenuar as disparidades entre os municípios de uma mesma região."**

to (Sudam, Sudeco e Sudene), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud). Os recursos para financiar o Programa serão obtidos por meio de diferentes mecanismos, incluindo concessões públicas, parcerias público-privadas, mercado de capitais, fintechs, fundos de investimentos internacionais, além de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, BNDES, Bancos regionais (BASA, BNB), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Na primeira fase do Programa foram selecionadas 26 cidades intermediadoras, denominadas município-vetor, com base nas Regiões Geográficas Imediatas (RI). Cada unidade federativa foi representada por uma RI, impactando ao todo em 258 municípios. Conforme o IBGE (2017), os municípios-vetores são definidos como os principais intermediadores de bens e serviços dentro de suas respectivas regiões imediatas.

De acordo com o IBGE (2017), as cidades intermediadoras agregam um conjunto de municípios, atuando como pólos de intermediação de bens e serviços para suas áreas de influência. São cidades que possuem funções estratégicas

para o desenvolvimento socioeconômico do entorno imediato e das regiões onde estão inseridas, atuando como centros de distribuição de bens e serviços públicos e fomentando o equilíbrio territorial. Assim, para cada RI existe um polo articulador de seu território. O polo, que pode ser um município isolado ou um arranjo populacional, dá nome a essa região.

As RIs selecionadas no Programa revelam características econômicas e populacionais diversas. O Quadro 1 revela como elemento marcante o alto percentual que o setor de serviços, predominante em quase todos os municípios-vetores, adiciona ao valor agregado bruto (VAB), sugerindo o papel dessas cidades como hubs regionais de bens e serviços. Os dados empíricos e as informações disponíveis não revelam a lógica ou o critério de seleção das RIs, e ao contrário de Araguaína-TO e Mossoró-RN, por exemplo, muitas delas nem sequer figuram como as principais regiões imediatas de seus respectivos estados (Araçuaí-MG e Santa Inês-MA), seja em termos populacionais ou na composição setorial do VAB, além de não apresentarem alinhamento na hierarquia proposta pela Regic de 2018 (IBGE,

2020). Frente às divergências, fica a questão: quais os critérios de seleção para o Programa?

O Quadro 1 também revela que muitas cidades possuem como característica a alta dependência econômica da administração pública, refletindo a limitação da diversificação econômica e a relevância do setor público para as economias locais, alertando para os desafios estruturais de geração de empregos no setor privado e a necessidade de atrair investimentos para aumentar a oferta de bens e serviços. Frente ao objetivo de ampliar o acesso a oportunidades de trabalho, quais as estratégias do Programa para lidar com esse desafio?

**Quadro 1 – Regiões Imediatas selecionadas na primeira fase do Programa e população (2022) e percentual do valor agregado bruto por setor (2021) dos municípios-vetores**

UF	Região Imediata	Nº de Municípios	Características do município-vetor				
			População	% VAB Agricultura	% VAB Indústria	% VAB Serviços <sup>1</sup>	% VAB Adm. Pública <sup>2</sup>
AC	Cruzeiro do Sul	5	91.888	5,4	9,0	48,3	37,3
AL	Porto Calvo - São Luís do Quitunde*	13	24.071	28,8	9,1	28,7	33,4
			30.873	41,3	21,2	17,6	20,0
AP	Oiapoque	6	27.482	3,6	5,6	30,4	60,3
AM	Tefé	9	73.669	18,2	21,6	23,7	36,5
BA	Xique-Xique – Barra	10	44.757	14,1	3,7	37,5	44,8
			51.092	11,6	3,8	33,8	50,8
CE	Itapipoca	7	131.123	6,2	16,3	44,9	32,6
ES	São Mateus	9	123.752	13,8	14,9	46,5	24,8
GO	Posse - Campos Belos*	14	34.914	9,8	8,8	53,1	28,3
			18.108	9,0	8,5	49,8	32,7
MA	Santa Inês	15	85.014	2,9	5,3	63,2	28,6
MT	Cáceres	5	89.681	14,1	9,7	45,3	30,8
MS	Corumbá	2	96.268	15,4	25,1	33,9	25,6
MG	Araçuaí	8	34.297	5,1	11,0	50,3	33,6
PA	Breves	10	106.968	7,2	3,9	27,7	61,2
PB	Cajazeiras	12	63.239	1,8	10,8	56,4	31,0
PR	Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçú*	8	32.227	20,6	12,1	50,8	16,5
			30.738	15,6	51,0	21,5	11,9
PE	Serra Talhada	13	92.228	3,5	10,0	56,6	29,9
PI	Parnaíba	11	162.159	2,8	13,6	56,0	27,7
RJ	Rio Bonito	3	56.276	1,9	7,5	56,4	34,3
RN	Mossoró	17	264.577	2,7	18,6	54,6	24,1
RS	Uruguaiana	4	117.210	27,1	9,1	42,6	21,2
RO	Ji-Paraná	13	124.333	5,9	14,3	54,9	25,0
RR	Rorainópolis	4	32.647	15,8	6,4	24,5	53,3
SC	Curitibanos	6	40.045	6,9	34,4	47,2	11,5
SP	Itapeva	19	89.728	28,6	13,8	45,1	12,5
SE	Itabaiana	14	103.440	8,1	7,6	57,4	26,9
TO	Araguaína	21	171.301	2,5	11,5	56,3	29,7
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>258</b>	-	-	-	-	-

**Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE (2017) e IBGE Cidades (2024).**

\* Para Regiões Imediatas (RI) com mais de um município-vetor, foram extraídas informações para os dois municípios que dão nome à RI. Nesse caso, os dados da primeira linha referem-se ao primeiro município mencionado no nome da RI, enquanto a segunda linha corresponde ao segundo município.

<sup>1</sup> Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

<sup>2</sup> Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

Frente às questões levantadas e ainda em aberto sobre o Programa, surge a preocupação de que, a partir das características apresentadas pelas cidades, seus resultados reforcem tendências de desigualdades historicamente constituídas. Por exemplo, por serem cidades com alto potencial terciário, no setor de serviços e na administração pública, estaria esta integração associada ao capital mercantil (Cano, 2011)? Ou, de forma mais geral, quais interesses do capital o Programa atende?

De maneira geral, apesar das ponderações acima, o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional pode ser uma ferramenta relevante na redução das desigualdades regionais e na promoção de desenvolvimento ao fortalecer o papel estratégico de vetores sub-regionais no território brasileiro. Ao articular políticas públicas voltadas para a melhoria de infraestrutura, a diversificação econômica e o fortalecimento de redes regionais, as cidades intermediadoras podem impulsionar a geração de empregos, a circulação de bens e serviços e o acesso a direitos básicos, como saúde e educação. Isso poderia contribuir para estimular uma dinâmica de desenvolvimento mais policêntrica e inclusiva.

Além disso, o fortalecimento dessas cidades como pólos regionais permite a descentralização de investimentos e inovação, reduzindo a dependência das capitais estaduais e estimulando o crescimento sustentável em áreas tradicionalmente marginalizadas. Assim, o Programa não apenas combate desigualdades, mas também cria possibilidades de integração econômica, social e territorial, reforçando a coesão regional e promovendo o desenvolvimento em múltiplas escalas. Entretanto, é válido alertar para a necessidade de considerar os desafios impostos pela heterogeneidade e diversidade regional do país nas ações e estratégias do Programa, atentando a um planejamento sensível às especificidades locais, evitando, assim, o risco de acentuar as históricas disparidades já existentes.

Em conclusão, o Programa demonstra potencialidades, mas ainda enfrenta numerosas questões sem respostas claras, especialmente no que diz respeito às estratégias necessárias para alcançar sua proposta ambiciosa e essencial. O que está claro é a emergência de importantes obstáculos para a capacidade de redução das desigualdades sociais, tais como o tipo de emprego a ser gerado no setor terciário - e seu complementar informal, típico da formação social brasileira - e os impactos da consolidação da integração informal vis-à-vis seu potencial de integração produtiva.

---

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011.

BRASIL, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR. Novo programa vai impulsionar o desenvolvimento regional. Programa Cidades Intermediadoras busca diminuir pressão nas metrópoles e capitais brasileiras e promover crescimento intrarregional, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/novo-programa-vai-impulsionar-o-desenvolvimento-regional>. Acesso em 05 nov. 2024.

CANO, W. Ensaios sobre a crise urbana do Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011.

CATELAN, M. J. Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias. [Recurso digital]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

IBGE. Novas Divisões Regionais do Brasil: Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. Geografia, v. 35, nº 1, p. 51-62, 2010.

---



## **Carlos Eduardo P. do Nascimento**

Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp). Mestre em Economia (PPECO/UFRN). Graduado em Economia (URCA). Pesquisador do Grupo de Estudos das Transformações Territoriais e Econômicas e Territoriais (Getete). Tem experiência na área de Economia Regional e Urbana, com ênfase nos seguintes temas: cidades, cidades médias, desenvolvimento regional, Ceará, Nordeste.



## **Railene de Souza Veloso**

Economista e Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT). Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE). Pesquisadora do Grupo de Estudos das Transformações Territoriais e Econômicas e Territoriais (Getete). Atualmente é Professora Substituta do curso de Ciências Econômicas da UFT.



## **Aline Marcondes Miglioli**

Professora do IE-Unicamp, com formação em Economia pela mesma instituição, mestrado em Economia pela UNESP e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Atualmente coordena o Grupo de Estudos Marxistas Vânia Bambirra (CNPQ) e faz parte do conselho editorial da Revista Fim do Mundo.

# Conheça as vencedoras do Desafio Quero Ser Economista

*Dos desafios iniciais à conquista do pódio, estudantes contam como descobriram a paixão pela economia*

POR MANOEL CASTANHO,  
jornalista da Coordenação de Comunicação



Agosto de 2024. Enquanto os Conselhos Regionais de Economia de todo o Brasil realizavam atividades alusivas ao Mês do Economista, o Cofecon divulgava as inscrições para a nona edição do Desafio Quero Ser Economista. Em várias cidades, professores tomavam contato com a atividade e incentivavam seus alunos a participarem.

Em Nova Iguaçu, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro cortada pela rodovia BR-116, o professor Rodolfo Marques ficou sabendo da competição e resolveu incentivar seus alunos do Colégio Estadual Professora Venina Corrêa Torres a participarem. Alguns deles se inscreveram, principalmente estudantes do segundo e terceiro ano.

“Ele me mandou mensagem dizendo como funcionava o Desafio e enviou o guia do participante, o e-book para os esquentas e as datas de inscrição. Eu estava fazendo o curso de técnico em administração e, por causa das minhas aulas, já tinha uma primeira noção de alguns temas abordados”, conta Yasmim de Deus Rodrigues, 17 anos, aluna do terceiro ano. A diretora da escola, Camila Sladek, também falava sobre a importância de os alunos participarem de atividades como essa e buscarem conhecimentos além daquilo que a escola pode oferecer. “Quando ela

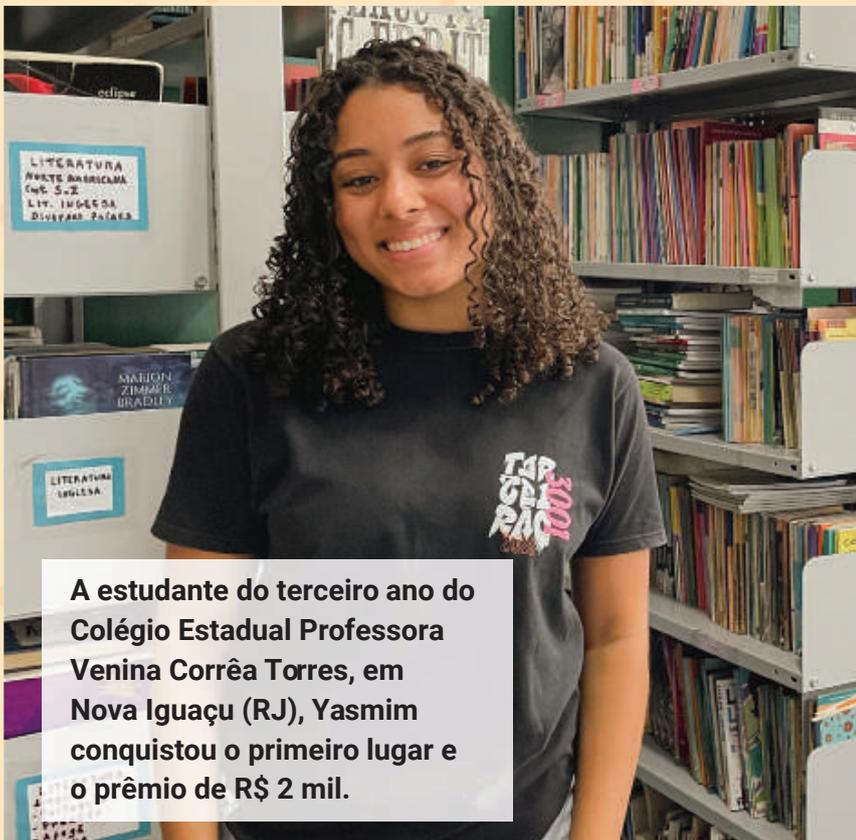
soube que eu estava participando, me incentivou bastante. Outros professores fizeram o mesmo”, completa Yasmim.

Quase mil quilômetros ao sul, num pequeno município também atravessado pela BR-116, ocorreu um movimento semelhante. A diretora da Escola de Educação Básica Valentin Gonçalves Ribeiro, em Monte Castelo (SC), Keila Vasconcelos, recebeu por e-mail as informações sobre o Desafio Quero Ser Economista. “Li e achei interessante. Levei para a professora Géssica Moraes, responsável pelo laboratório de matemática, e para a professora Franciele Fernandes, de geografia, para que conversassem com os alunos e estimulassem a participação”, conta Keila. “Eu falei que nossa escola precisava participar, e que deveríamos criar estratégias para motivar os alunos, porque nós iríamos participar deste concurso”.

O incentivo surtiu efeito: dos cerca de 75 alunos do terceiro ano na escola, 22 se inscreveram no Desafio. “Meu primeiro contato foi quando a professora Franciele comentou na nossa sala. Nunca conheci muito sobre economia, aprendemos muitas coisas baseadas nas aulas de geografia, então queria adquirir este conhecimento”, recorda a estudante Cintia Werner Lemos, de 18 anos. “Sempre aprendemos tentando algo novo. Eu me interessei e me apaixonei pela economia”.

“  
**O Desafio mexeu com toda a escola. Foram 22 alunos fazendo as aulas e os grupos de estudo no contraturno junto com as professoras.”**





**A estudante do terceiro ano do Colégio Estadual Professora Venina Corrêa Torres, em Nova Iguaçu (RJ), Yasmim conquistou o primeiro lugar e o prêmio de R\$ 2 mil.**

Maira Alessandra Fernandes dos Santos, também do terceiro ano, não estava na sala neste dia. “No ônibus, indo para a escola, a Cintia comentou comigo. Fui atrás das professoras e perguntei como funcionava o jogo. Elas explicaram e eu me interessei, porque era uma oportunidade nova”, lembra Maira, que imediatamente começou a sonhar: “Eu pensei comigo: vou participar – vai que chego na final. Nem sabia que era um concurso em nível nacional”.

Yasmim, Cintia e Maira participaram dos esquentas – uma fase em que os estudantes respondem perguntas sem valer pontos, a fim de que possam conhecer o funcionamento de cada um dos jogos. Yasmim realizou da maioria deles. Já os alunos da EEB Valentin Gonçalves Ribeiro foram estimulados a usar outros materiais além do e-book fornecido pelo Cofecon para buscar conhecimentos.

A primeira fase da competição envolveu uma série de jogos que testaram os conhecimentos dos estudantes acerca de economia e da profissão de economista. Embora muitos deles não estivessem familiarizados com o tema, o e-book elaborado pelo Cofecon permitiu que tomassem um primeiro contato com determinados concei-

tos econômicos, escolas de pensamento e áreas de atuação profissional. A cada resposta eles somavam pontos, não só pelos acertos, mas também pela rapidez com que respondiam, criando um ambiente envolvente de competição e aprendizado.

Foi aí que Cintia começou a ter problemas. “Quando chegou o primeiro jogo, minha pontuação não foi tão boa. No segundo, foi horrível. Eu falei: professora, não tem mais por que eu jogar. Não vou conseguir subir no ranking”, lamentou a estudante catarinense. Seu esforço não estava dando resultado e ela realmente pensou em desistir – e uma linda história teria deixado de ser escrita se ela assim o fizesse. O apoio das professoras Gêssica e Franciele foi fundamental neste momento. “Assim,

olhei para mim e falei: vou tentar. E de pouquinho e pouquinho fui chegando. Queria terminar bem no ranking”.

No Rio de Janeiro, Yasmim também enfrentava suas próprias dificuldades. Ela geralmente jogava entre as 11 horas e o meio-dia, quando terminavam suas aulas. “Às vezes tinha algum problema com a conexão à internet e ficava preocupadíssima. O que é que eu vou fazer agora? Não estou conseguindo responder”, conta.

Yasmim terminou a primeira semana entre os 40 primeiros e achou que não havia se classificado para a fase seguinte. “Meu professor ficou muito triste. Mas quando entramos no Instagram na segunda-feira seguinte, havia mais jogos”, relata. Na escola, uma de suas colegas, Maria Clara da Silva Ribeiro, também vinha realizando as atividades diariamente e somando pontos importantes para o ranking. “Junto comigo, ela era quem estava mais preocupada em participar do Desafio. Fomos fazendo, as posições foram subindo e começamos a nos animar”.

Em Monte Castelo o número de participantes era bastante maior. “Foi um trabalho de mão dupla. Eles se dedicaram e nós também. Fizemos com que eles realizassem os esquen-

tas e estudassem para os desafios, porque nós preparamos materiais auxiliares e eles iam para a escola no contraturno”, comemora a professora Gêssica. “O Desafio mexeu com toda a escola. Foram 22 alunos fazendo as aulas e os grupos de estudo no contraturno junto com as professoras”, complementa Keila.

As três estudantes se classificaram entre os 30 primeiros colocados. Cintia e Maira ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente, pouquíssimos pontos atrás da líder Cauane Rosa (também de Santa Catarina), enquanto Yasmim ficou na 26ª colocação. Na segunda fase, os participantes foram desafiados a gravar um vídeo sobre a profissão ou algum tema econômico de sua escolha.

Cintia queria escolher um campo de atuação – mas vários a inspiravam. “Eu gostaria de ajudar a reduzir a desigualdade, que é muito grande no mundo de hoje. E ouvi que o economista solidário trabalha nessa área”, comentou. “Mas eu gostaria de explicar para as pessoas que existem outros tipos de economista. Eu pensava que era só números. Há tanta coisa por trás, e quando alguém começa a aprender, vê que há muito mais fatores envolvidos. E resolvi que falaria de várias áreas, não só de uma, mas a que mais gostei foi a do economista solidário”.

E foi assim que a estudante montou um roteiro no qual gravaria em vários cenários para falar sobre diversos campos de atuação do eco-

nomista. “Na sexta-feira eu montei o texto e no sábado e domingo já estava gravando. Na primeira vez que gravei, esqueci de dois economistas”, relembra Cintia, contando um episódio divertido. Em um dos momentos do vídeo, ela desce uma escada. “A professora estava gravando e eu falando. Quando terminei de falar, esqueci que havia mais dois degraus e acabei caindo”.

Maira recebeu o resultado de que havia sido classificada para a segunda fase e ficou bastante ansiosa. “Fiquei perguntando: professora Franciele, o que eu faço? Esqueci da matéria e fiquei mandando quinhentos textos para ela sobre o que eu tinha de ideias. Acho que ela nem conseguiu dormir naquela sexta-feira”, lembra. “Fui lendo sobre como os economistas transformam o mundo e como ajudaram no combate à pandemia gerando políticas muito importantes. Assim, eu quis fazer um vídeo sobre o poder transformador da economia”.

Yasmim quis procurar um tema que envolvesse um pouco do que foi apresentado no e-book e levou em conta o fato de criatividade e inovação serem critérios de avaliação dos vídeos. “Como eu fazia o curso técnico em administração, fui olhar meu caderno e, lá no começo, tivemos uma matéria sobre empreendedorismo. Imaginei que seria um tema impactante, conversei com meu professor e ele concordou”, comenta a estudante. E ela também assistiu os vídeos da edição anterior do Desafio.



**Nunca conheci muito sobre economia, aprendemos muitas coisas baseadas nas aulas de geografia, então queria adquirir este conhecimento”, recorda a estudante Cintia Werner Lemos, de 18 anos. “Sempre aprendemos tentando algo novo. Eu me interessei e me apaixonei pela economia”.**

Cintia recebeu 450 pontos por seu vídeo, o que a levou ao segundo lugar geral da competição, com 3.053 pontos. “Eu realmente não esperava ficar no pódio. Havia visto o vídeo de cada um dos participantes e vários deles eram muito bons. Eu parabeneizei, alguns eram melhores que o meu”, conta a estudante. “A pontuação do vídeo é importante, a Yasmim fez um vídeo muito bom, se destacou e ganhou”.

Yasmim recebeu duas chamadas telefônicas ao mesmo tempo – do seu professor e da sua diretora – e se questionou por que eles estariam ligando numa quinta-feira. “Eu estava com minha irmã e ela dizia: você ganhou, você ganhou! Depois fui jantar sem falar nada com meus pais e, quando avisei, minha mãe chorou”, relembra. Ela somou 740 pontos no vídeo, tendo ficado nas três primeiras colocações em todas as listas de avaliação.

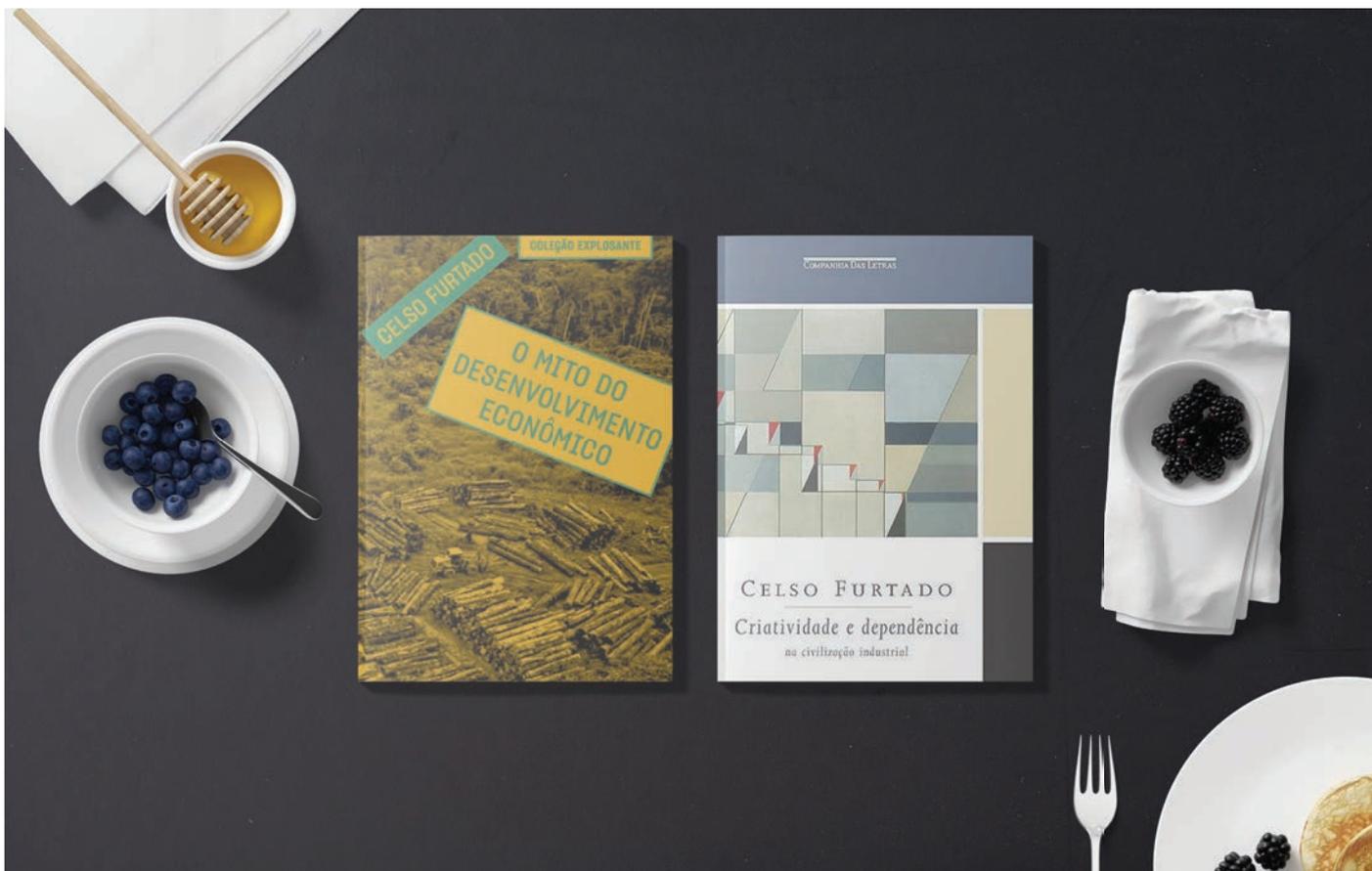
Maira recebeu 290 pontos e terminou a competição em terceiro lugar, com 2.885 pontos. “É uma honra muito grande ver o sucesso delas.

Acompanho essas meninas desde o pré-escolar, hoje elas estão no terceiro ano”, comemora Keila. E comentou, com orgulho, o sucesso de sua escola na competição: “Na primeira etapa, tivemos 14 alunos da nossa escola classificados, e cinco deles se classificaram entre os 10 primeiros em nível nacional”.

Perguntamos às três primeiras colocadas em que universidade gostariam de cursar Ciências Econômicas caso não precisassem passar pelo vestibular ou pelo ENEM. Cintia e Maira responderam de bate-pronto: a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Yasmim pensou um pouco e mencionou a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Elas também demonstraram entusiasmo com uma área específica sobre a qual aprenderam: economia solidária. Mas, independentemente da função em que vierem a trabalhar um dia, sua dedicação e resultados mostram que elas têm um futuro brilhante no campo da ciência econômica.



**Estudantes Cintia Werner Lemos e Maira Santos comemoram segundo e terceiro lugar junto às professoras Gécica Morais e Franciele Fernandes e à diretora Keila Vasconcelos**



No mês de novembro completaram-se 20 anos do falecimento do economista Celso Furtado e, em alusão à data, dois de seus livros estão sendo republicados.

O Mito do Desenvolvimento Econômico, publicado originalmente em 1974, traz a visão do célebre economista sobre os limites ecológicos do processo de desenvolvimento econômico global. Para Furtado, levar aos demais países o nível de bem-estar dos países desenvolvidos com base na ampla extração e uso de recursos não renováveis é mais um mito do que uma meta. Este estilo de desenvolvimento gera uma pressão grande sobre os limites planetários. A obra também critica a relação de dependência estabelecida entre países centrais e periféricos na lógica do sistema capitalista. A nova edição é publicada pela Ubu Editora.

Já o livro Criatividade e Dependência na Civilização Industrial trata do elo fundamental entre cultura e desenvolvimento. Para Furtado, os estudos anteriores eram insuficientes por desconsiderarem a dimensão cultural de cada sociedade. Ele via o desenvolvimento como um processo de criatividade, mais que de acumulação e questiona o porquê de haver uma explosão criativa nos séculos de Péricles ou de Leonardo da Vinci e que fatores produzem o subdesenvolvimento. A obra foi publicada originalmente em 1978 e a edição da Companhia das Letras tem prefácio de Alfredo Bosi.

**Título:** Criatividade e dependência na Civilização Industrial

**Formato:** 14 x 21 cm

**Páginas:** 240

**Editora:** Companhia das Letras

**ISBN:** 978-85-3591-218-0

**Título:** O Mito do Desenvolvimento Econômico

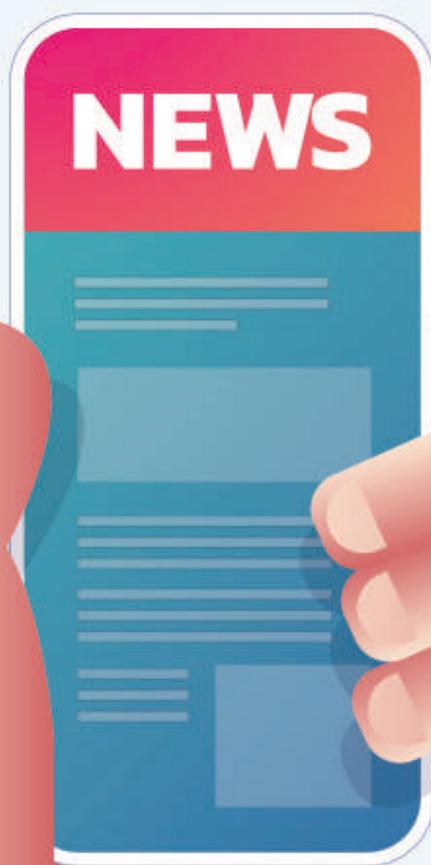
**Formato:** 14 x 21 cm

**Páginas:** 160

**Editora:** Ubu

**ISBN:** 978857126184-6

Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.

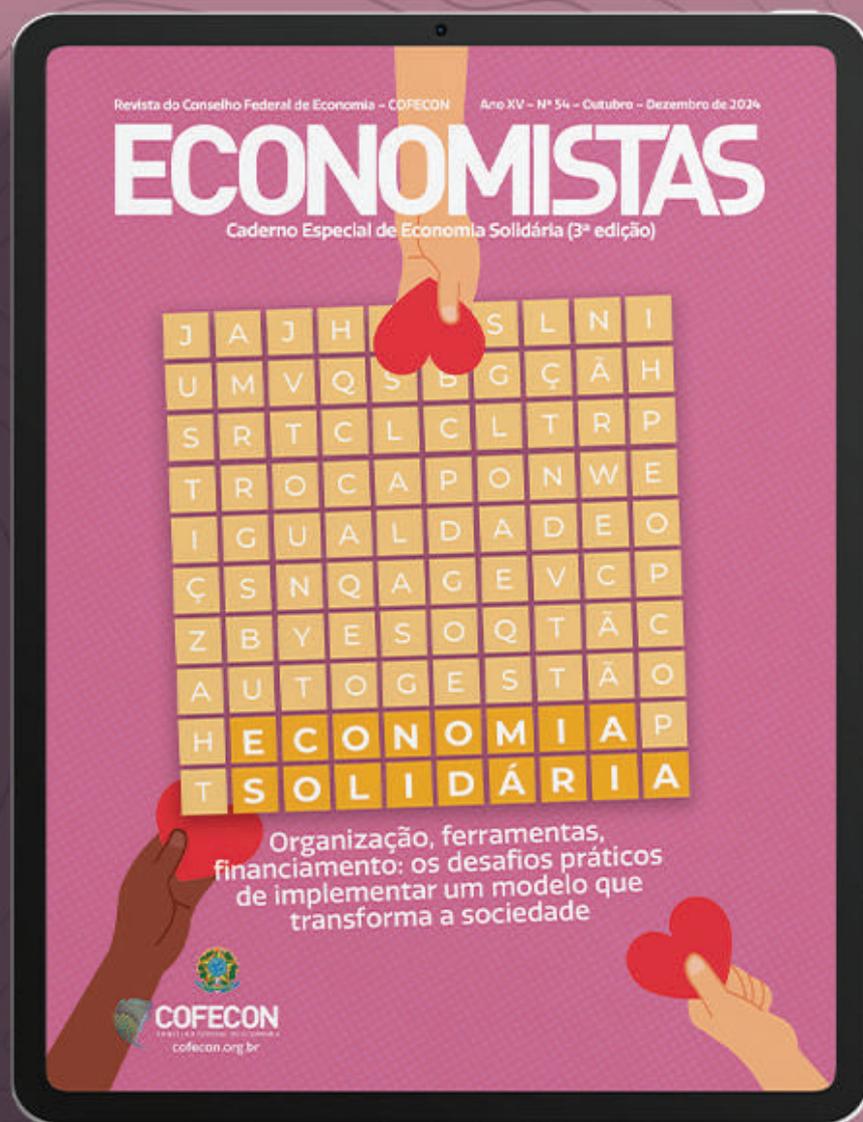


**Assine agora!**

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



# Confira o Caderno Especial de Economia Solidária



Leia agora!

Aponte a câmera  
do seu celular  
para o código  
QR ao lado!





**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

memórias e futuro da  
economia brasileira.



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon  
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF  
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br)